



**08 DE DEZEMBRO DE 2016**

**Quinta-feira**

- NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL
- CNI PROPÕE REDUZIR TARIFAS COMERCIAIS
- DL ELETRÔNICOS PREVÊ ENCERRAR 2016 COM AVANÇO DE 30%
- MONTADORAS PREVEEM NOVOS INVESTIMENTOS
- RECESSÃO REDUZ 13º SALÁRIO DOS TRABALHADORES FORMAIS
- CENTRAIS ARTICULAM MUDANÇAS NA PEC DA PREVIDÊNCIA
- PROJETO QUE REGULAMENTA TERCEIRIZAÇÃO VAI SAIR DA PAUTA DO PLENÁRIO DO SENADO
- PAIM APRESENTA RELATÓRIO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO
- MATERIAIS E SERVIÇOS TÊM QUEDA DE 0,09%
- ABIMAQ ACHA DIFÍCIL 2017 SER PIOR QUE 2016 E APOSTA EM DEMANDA REPRIMIDA
- RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS DEVEM CHEGAR A R\$ 285 BILHÕES EM 2017
- AGÊNCIA MOODY'S ELEVA O RATING DA USIMINAS
- EMPRESÁRIOS DEFENDEM TARIFA ZERO EM ACORDO COMERCIAL ENTRE BRASIL E EUA
- RANKING DE EMPRESAS MAIS ADMIRADAS NO BRASIL É LIDERADO POR APPLE
- EXPORTAÇÕES DE AÇO DA CHINA TÊM FORTE QUEDA PELO 4º MÊS CONSECUTIVO
- CHINA FINANCIARÁ ÔNIBUS ELÉTRICOS NO BRASIL
- CULPA DA CRISE? FROTA DE VEÍCULOS DE CURITIBA ENCOLHE EM UM ANO
- EPE E ONS REVISAM PARA BAIXO PREVISÃO DE CARGA DE ENERGIA
- SKAF: PARA QUE CRESCIMENTO VOLTE, PRIMEIRA COISA É REDUÇÃO DOS JUROS ABSURDOS
- INVESTIGAÇÃO DO CADE ABRANGE 10 BANCOS COM SEDE NO BRASIL
- RECEITA AMPLIA CONTROLES SOBRE DADOS DA REPATRIÇÃO
- DEPUTADO SILVIO COSTA PROPÕE PLEBISCITO SOBRE REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- CÂMARA CONCLUI VOTAÇÃO DE MP QUE PERMITE IMPORTAÇÃO DE PAPEL-MOEDA
- POLICIAIS PRESSIONAM CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA E PROMETEM PARALISAÇÃO

- GASOLINA SOBE R\$ 0,12 POR LITRO EM CURITIBA APÓS REAJUSTE NAS REFINARIAS
- AMBIENTE EXTERNO É DESAFIADOR E 'INTERREGNO BENIGNO' PODE TERMINAR, DIZ ILAN
- RECEITA ABRE CONSULTA PARA INSTRUÇÃO SOBRE IDENTIFICAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRAS
- PARTE DO COPOM JÁ VIU ESPAÇO PARA CORTE MAIOR DA SELIC, DIZ PRESIDENTE DO BC
- CAPTAÇÕES LÍQUIDAS DOS FUNDOS SOMAM R\$ 89,7 BI ATÉ NOVEMBRO, REVELA ANBIMA
- ARTIGO: FOMENTO A INOVAÇÃO
- INTERNET DAS COISAS ESTÁ FORA DO RADAR DE MAIS DA METADE DO EMPRESARIADO
- EMPRESAS APORTAM R\$ 50 BILHÕES EM FUNDOS DE RENDA FIXA DE CURTO PRAZO
- BNDES PREPARA APOIO ÀS PEQUENAS EMPRESAS
- CANAL VERMELHO PREOCUPA EMPRESAS
- HYUNDAI ELANTRA TESTA O MERCADO COM CARA NOVA
- GATES PREVÊ NOVO CRESCIMENTO EM 2017 IMPULSIONADA PELA REPOSIÇÃO
- SCANIA LANÇA BIARTICULADO MOVIDO A GNV
- VOLKSWAGEN INICIA VENDAS DE VERSÕES TRACK DE GOL E UP!
- VENDAS DE USADOS CRESCEM 10% EM NOVEMBRO
- HYUNDAI NEW TUCSON CHEGA COBRANDO ALTO

<b>CÂMBIO EM 08/12/2016</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,400	3,400
<b>Euro</b>	3,614	3,615

**Fonte: BACEN**

## **Novos Projetos de Lei Federal**

08/12/2016 – FIEP

Confira nessa edição os novos projetos de lei apresentados no Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PL 6457/2016 do deputado Celso Jacob (PMDB/RJ)

Alteração das regras de Desestatização

PL 6490/2016 da deputada Angela Albino (PCdoB/SC)

Punição para o abandono de obra nas licitações

PL 6507/2016 do deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB/MA)

**MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Ampliação dos limites de faturamento para enquadramento no Simples Nacional

PLP 327/2016 do deputado Helder Salomão (PT/ES)

Fiscalização prioritariamente orientadora para MPes

PLP 329/2016 do deputado Laercio Oliveira (SD/SE)

**QUESTÕES INSTITUCIONAIS**

Direito de acesso à lista de acionistas por detentor de ações

PL 6480/2016 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)

Instituição do Selo Empresa Incentivadora da Educação do Trabalhador

PL 6496/2016 do deputado Damião Feliciano (PDT/PB)

**LEGISLAÇÃO TRABALHISTA**

**ORGANIZAÇÃO SINDICAL E CONTRIBUIÇÃO**

Proibição da cobrança de contribuição confederativa aos não associados ao sindicato

PEC 277/2016 do deputado Arthur Oliveira Maia (PPS/BA)

**JUSTIÇA DO TRABALHO**

Vedação da oitiva de uma testemunha por outra na justiça do trabalho

PL 6509/2016 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)

**OUTRAS MODALIDADES DE CONTRATOS**

Representação comercial autônoma

PLS 410/2016 do senador Deca (PSDB/PB)

Novas regras para o trabalho rural

PLS 415/2016 do senador Cidinho Santos (PR/MT)

**REGULAMENTAÇÃO DE PROFISSÕES**

Regulamentação das profissões nas áreas de Informática e correlatas

PLS 420/2016 do senador Vicentinho Alves (PR/TO)

**RELAÇÕES INDIVIDUAIS DO TRABALHO**

Requisitos para caracterizar a condição degradante e a restrição de liberdade dos trabalhadores

PL 6526/2016 do senador Helder Salomão (PT/ES)

**CUSTO DE FINANCIAMENTO**

**REFORMA DO SISTEMA FINANCEIRO**

Limitação da taxa de juros praticadas pelas instituições financeiras

PLP 326/2016 do deputado Cabo Sabino (PR/CE)

**INFRAESTRUTURA**

Prorrogação dos contratos do Programa de Parceria de Investimentos - PPI

MPV 752/2016 do Poder Executivo

Repasse de recursos obtidos com royalties e participação especial

PL 6488/2016 do deputado Hugo Leal (PSB/RJ)

## SISTEMA TRIBUTÁRIO

### CARGA TRIBUTÁRIA, CRIAÇÃO DE TRIBUTOS E VINCULAÇÃO DE RECEITAS

Limitação das taxas de juros cobradas nas operações de crédito a pessoas físicas e jurídicas

PLS-C 413/2016 da senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR)

## OBRIGAÇÕES, MULTAS E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIAS

Regulamentação da cobrança do ICMS nas operações e prestações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte

PLP 325/2016 do deputado Júlio Cesar (PSD/PI)

## INFRAESTRUTURA SOCIAL

### SEGURIDADE SOCIAL

Controle dos efeitos da MPV 739/2016

PDC 547/2016 do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)

## INTERESSE SETORIAL

### INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA

Instituição de incentivo fiscal para produtos sem glúten

PL 6502/2016 do deputado André Amaral (PMDB/PB)

### INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

Importação de veículos automotores usados

PL 6468/2016 do deputado Alexandre Leite (DEM/SP)

Instituição de benefícios para veículos de propulsão elétrica ou híbrida a etanol e/ou gasolina

PL 6503/2016 do deputado Evandro Roman (PSD/PR)

## NOVOS PROJETOS DE LEI ESTADUAL

## QUESTÕES INSTITUCIONAIS

### Administração Pública

Alteração da Lei Complementar nº 94/2002, que criou a agência reguladora de serviços públicos delegados de infraestrutura do Paraná

PLC 11.2016 de autoria do Poder Executivo

Dispõe sobre a concessão de licenças à gestante, paternidade e adotante aos servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PL 554.2016 de autoria da Comissão Executiva

## TRIBUTOS

### Impostos

Altera dispositivo da Lei nº 17.617/2013, que dispõe sobre a concessão, alteração, renovação e cancelamento da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS de estabelecimentos do setor de combustíveis

PL 551.2016 de autoria do Poder Executivo

## POLÍTICA SOCIAL

### Educação

Cria o "Programa aluno empreendedor caminhando para o sucesso" na estrutura das escolas públicas do Estado do Paraná

PL 557.2016 de autoria da deputada Cantora Mara Lima (PSDB)

## INTERESSE SETORIAL

### Institui a semana da avicultura

PL 560.2016 de autoria do deputado Schiavinato (PP)

### Mineração

Autoriza o Poder Executivo a praticar todos os atos necessários à extinção do Centro de Convenções de Curitiba e do Serviço Geológico do Paraná, transferindo suas

atribuições ao Instituto de Geologia, Terras, Cartografia - IGTC e adota outras providências

PL 559.2016 de autoria do Poder Executivo

## ASSUNTOS ECONÔMICOS

Direito do Consumidor

Dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições receptoras de títulos, faturas, boletos de cobrança e similares a autenticar o pagamento eletronicamente e dá outras providências

PL 548.2016 de autoria do deputado Gilberto Ribeiro (PRB).

### **CNI propõe reduzir tarifas comerciais**

08/12/2016 – Diário do Comércio

Entidades representantes do empresariado brasileiro e norte-americano elaboraram uma proposta de acordo para reduzir as tarifas no comércio entre os dois países ao longo de dez anos. A meta é zerá-las até 2030. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou o documento em evento na quarta-feira com a presença do ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira.

A Câmara de Comércio norte-americana, que representa o lado dos Estados Unidos (EUA) na proposta, deve divulgá-la nos próximos dias para a equipe de transição que toca a passagem da presidência para Donald Trump.

Os empresários pedem que os governos iniciem as negociações no começo de 2017 - logo após a posse do republicano, cuja campanha eleitoral teve o comércio exterior como um de seus principais alvos.

A CNI, porém, não acredita que seja um momento ruim para pressionar por um acordo. "Depois que Trump venceu a eleição, houve uma mudança no discurso. Ele continua a ter uma retórica de proteção, mas mais no sentido de 'somos contra acordos que consideramos desleais'. Uma negociação bilateral casa melhor com os sinais que vêm sendo emitidos", diz o gerente-executivo de comércio exterior da CNI, Diego Bonomo.

Assim, o cronograma proposto no acordo é que as negociações comecem em 2017. O horizonte sugerido é o de que, ao longo de dez anos, todas as tarifas impostas às importações de um parceiro e de outro sejam reduzidas gradualmente até zero - o que aconteceria em 2030.

O comércio entre matrizes e subsidiárias seria um dos mais beneficiados pelo acordo, defende a proposta. Essa inserção nas cadeias de valor de grandes indústrias seria um dos principais ganhos para o Brasil com um acordo, diz Bonomo.

Estudo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para subsidiar a proposta de acordo estima um aumento de 1,29% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2030 caso todas as tarifas comerciais com os EUA sejam zeradas, e as barreiras não tarifárias - como normas sanitárias - sejam reduzidas em 40%. Nesse cenário, as importações feitas pelo Brasil originárias dos EUA cresceriam 7,46%, enquanto as exportações, 6,94% no período.

Bonomo, porém, admite que a proposta é ambiciosa e pode gerar resistência de alguns setores. A competitividade do agronegócio brasileiro, por exemplo, assusta o americano. Por outro lado, há muitas áreas em que as economias se complementam, o que pode facilitar uma atuação conjunta para abrir barreiras em outros países, diz o gerente-executivo.

**Mercosul** - Além da potencial resistência de setores econômicos e da nova Casa Branca, as negociações para um acordo devem enfrentar também o Mercosul. Por ser

uma união aduaneira, o Brasil só pode negociar reduções tarifárias com outros países em conjunto com os demais membros do bloco sul-americano - uma das razões apontadas para o país ter tão poucas parcerias, diante da dificuldade de avançar em conjunto com os vizinhos.

Assim, os empresários propõem que o Brasil busque em um primeiro momento uma negociação em bloco mas, caso não consiga, que busque caminhos alternativos, como a obtenção de um "waiver" (perdão) dos demais integrantes para negociar sozinho com os EUA.

Os norte-americanos estão entre os maiores parceiros comerciais do Brasil, atrás dos chineses. De janeiro a novembro deste ano, o Brasil exportou US\$ 20,9 bilhões para os EUA e importou US\$ 21,6 bilhões - 12,34% e 17,2% do total exportado e importado pelo Brasil, respectivamente.

## **DL Eletrônicos prevê encerrar 2016 com avanço de 30%**

08/12/2016 – Diário do Comércio

A DL Eletrônicos, com unidade industrial em Santa Rita do Sapucaí, no Sul de Minas, um dos principais polos tecnológicos do Brasil, espera fechar o ano com crescimento 30% maior do que o registrado em 2015. Para 2017, a expectativa é de que as vendas da empresa aumentem entre 15% e 20% em comparação com este ano.

Segundo o diretor comercial e de marketing da DL, Francisco Hagemeyer Júnior, a empresa oferece amplo portfólio para os clientes e, constantemente, investe no lançamento de produtos. "Fabricamos tablets, wearables - dispositivos tecnológicos que podem ser utilizados pelos usuários como peças do vestuário -, computador all in one, acessórios e, mais recentemente, iniciamos a produção de smartphones."

Entre os principais clientes da DL estão Casas Bahia, Magazine Luiza, Lojas Cem, Pernambucanas, Americanas, Lojas Colombo, Benoit, Extra, Carrefour, Walmart e sites de e-commerce.

"Estamos trabalhando para aumentar a rede de distribuidores e conquistar cada vez mais espaço nos grandes varejistas nacionais. A DL Eletrônicos possui, aproximadamente, 100 clientes entre magazines e varejos no Brasil.

**Lançamento** - O diretor anuncia que a DL trabalha na fabricação de uma linha infantil. Em destaque está o Tablet Drop Kids, equipamento com conteúdo educacional desenvolvido especialmente pela empresa. O dispositivo auxilia as crianças no aprendizado.

Entre os aplicativos disponíveis nele estão o 'Palavras Divertidas', que ajuda no processo de alfabetização por meio de jogos lúdicos, como quebra-cabeças e histórias. O equipamento também possui aplicativos que estimulam a identificação de cores e animais emitindo sons, jogo da memória, entre outros.

"Temos, também, o relógio com celular Kids On, voltado para crianças com idade entre 4 a 12 anos, que vem acompanhado com um chip da operadora Claro. O gerenciamento e monitoramento do dispositivo é realizado pelo smartphone por meio de um aplicativo gratuito (disponível para Android e iOS)", diz.

O relógio com localização via GPS, permite à criança fazer e receber ligações diretamente do relógio. "Os pais conseguem enviar mensagens de voz pelo aplicativo, controlar a agenda de contatos, definindo quem pode ligar e receber as chamadas.

É possível também criar uma 'zona de segurança', um raio de circulação preestabelecido para que os responsáveis sejam notificados caso a criança saia do espaço designado", completa o diretor.

## **Montadoras preveem novos investimentos**

08/12/2016 – CIMM

Perto de fechar o ano com queda na produção superior ao esperado, vendas retrocedendo aos níveis de uma década e ociosidade recorde de mais de 50% nas fábricas, a indústria automobilística prepara novos investimentos no País. É um sinal, segundo as fabricantes, da confiança de que o mercado brasileiro voltará a crescer, ainda que demore.

No prazo de um mês, três montadoras, a MAN Latin America, a Toyota e a Volkswagen anunciaram projetos que vão consumir R\$ 9,1 bilhões nos próximos cinco anos. "Novos anúncios devem ocorrer nos próximos meses", afirma o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antonio Megale.

Segundo ele, o setor aposta na melhora da economia e no retorno do crescimento das vendas de veículos, embora admita não saber "a velocidade exata" com que isso ocorrerá. "Além disso, com a concorrência no País, ninguém pode ficar parado".

"O mercado deve começar a melhorar em 2017, com pequeno crescimento – de um dígito –, e voltará a crescer de forma mais importante a partir de 2018", prevê o executivo. Para ele, uma expectativa de recuperação mais cedo está sendo barrada pela instabilidade política.

Ele vê a reforma da Previdência e o corte de gastos públicos como medidas necessárias para o futuro econômico do País.

Segundo Megale, a produção esperada para este ano, de 2,3 milhões de veículos, será menor entre 100 mil a 150 mil unidades. É o volume que uma "associada", diz ele, deve perder este ano por ter paralisado a produção por várias semanas em razão de desentendimento com um fornecedor. Trata-se da Volkswagen, que rompeu contrato com seu único fornecedor de estrutura de bancos.

No mês passado, a Volkswagen conseguiu recuperar parte da produção e o mercado interno teve leve aquecimento, o que resultou em produção de 213,3 mil veículos, o melhor resultado mensal desde agosto de 2015. No acumulado do ano, contudo, há uma queda de 14,6% ante igual período do ano passado, com 1,952 milhão de unidades, o menor volume para o período em 12 anos.

As vendas acumuladas estão 21,2% menores que em 2015, mas a Anfavea aposta em resultados melhores neste mês. Com isso, espera fechar o ano com queda total de 19%, ou cerca de 2 milhões de unidades, retrocedendo ao mercado de 2006.

As exportações seguem sendo o ponto positivo, com alta de 23,4% no volume deste ano. Outro dado animador foi a redução dos estoques, de 40 para 35 dias de vendas, mais próximo do que o setor considerado ideal, que é o equivalente a 30 dias de estoques.

O nível de emprego reduziu o ritmo de queda, pois a maioria das montadoras já fez ajustes profundos no quadro de funcionários. Só este ano foram fechadas 7,2 mil vagas e o setor emprega atualmente 123,3 mil pessoas.

Além disso, as montadoras têm 5,2 mil trabalhadores inscritos no Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que reduz jornada e salários, e 2,2 mil em lay-off (contratos suspensos).

"Com os novos investimentos e possível volta de alguns turnos de trabalho que foram suspensos, a tendência é de abertura de novos postos de trabalho", diz o presidente da Anfavea.

### **Férias coletivas**

Em razão das várias paradas na produção ao longo de todo o ano, as tradicionais férias coletivas ou folgas dos funcionários das montadoras do ABC paulista serão mais curtas que em 2015.

A Volkswagen vai parar por 12 dias, ante 20 dias no ano passado, períodos próximos aos da Ford. A Scania, que em 2015 deu férias de um mês, agora dará 18 dias. Já a Mercedes-Benz terá parada similar à de 2015, de cerca de 20 dias, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

## **Recessão reduz 13º salário dos trabalhadores formais**

08/12/2016 – Agência Sindical

A recessão atingiu o volume de dinheiro que o pagamento do 13º salário injeta todos os anos na economia. O valor deste ano, de aproximadamente R\$ 197 bilhões, mantém-se estagnado em relação ao ano passado - houve variação de apenas 0,6%, descontada a inflação (R\$ 182 bilhões).

Se observados apenas os trabalhadores do setor formal, estima-se queda real de 3,4% no montante pago. Ao todo, são cerca de 84 milhões de trabalhadores que recebem o benefício.

Segundo estudo divulgado terça (6) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), os empregados com Carteira assinada somam 49,5 milhões de pessoas (58,9% do total), incluindo os domésticos. Já os beneficiários da Previdência Social e os beneficiários de pensão da União e dos Estados e municípios chegam a 41,1% (aproximadamente 34,5 milhões).

De acordo com Rodolfo Viana, economista do Dieese no Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos e Região, esse quadro reflete a situação do mercado de trabalho com fechamento recorde de vagas desde 2015. "Com um número menor de trabalhadores, o valor caiu", explica.

Para o presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo, Pedro Afonso Gomes, além da recessão, outros fatores também contribuem para essa queda. "Há uma recessão, há uma restrição de crédito e isso faz com que a massa de 13º colocada no mercado tenha diminuído", diz.

## **Centrais articulam mudanças na PEC da Previdência**

08/12/2016 – Agência Sindical



Centrais Sindicais estiveram na terça (6) com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para discutir a tramitação da reforma da Previdência (PEC 287/16).

O deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP) classificou a PEC como inaceitável e disse que, se o texto for mantido da forma em que está, o País pode enfrentar uma greve geral de trabalhadores.



“A proposta que o governo fez é inaceitável. Ela cria um embaraço muito grande, principalmente para as pessoas que tem menos de 50 anos [homens] e 45 anos [mulheres]. Fica em uma situação quase impossível de se aposentar”, afirmou.

Maia afirmou que a matéria vai seguir os prazos, o trâmite correto e o respeito ao debate com toda a sociedade. “É uma matéria difícil e polêmica. Então, nada mais que o diálogo para que possamos construir consensos e convencimentos”, afirmou. Ele informou que vai propor uma comissão geral no plenário, para que as Centrais possam debater o assunto.

**Reunião** - Hoje (8), as Centrais se reúnem na sede do Dieese, em São Paulo, para debater a reforma. O encontro ocorre às 11 horas, na rua Aurora, 957, Santa Ifigênia.

## **Projeto que regulamenta terceirização vai sair da pauta do plenário do Senado**

08/12/2016 – Tribuna PR

Após reunião com centrais sindicais, o relator do projeto que regulamenta a terceirização, senador Paulo Paim (PT-RS), anunciou que o projeto será retirado da pauta do plenário para discussões adicionais.

Paim coordenou uma reunião entre representantes de diferentes centrais sindicais e o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e o vice-presidente da Casa, Jorge Viana (PT-AC).

O relator vai apresentar seu parecer na próxima terça-feira, 13, e a proposta já estava na pauta de votação do plenário. Mas ele quer que o projeto seja melhor discutido com as centrais e, por isso, ainda não há previsão para a votação.

## **Paim apresenta relatório sobre terceirização**

08/12/2016 – Agência Sindical



O senador Paulo Paim (PT-RS) apresenta nesta terça (6), no plenário do Senado, seu parecer sobre o Projeto de Lei da Terceirização (PLC 30/15), já aprovado na Câmara como PL 4.330.

A proposta regulamenta os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.

A **Agência Sindical** conversou com Marcos Verlaine, assessor parlamentar do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), que falou sobre as principais mudanças que Paim introduziu no texto e as expectativas quanto ao Senado aprovar ou não o caráter de urgência para que o PLC entre na ordem do dia.

Segundo Verlaine, o relatório de Paim avança em alguns pontos, mas não tem amplo acordo entre o que pede o movimento sindical e o que deseja a bancada empresarial no Congresso. “Basicamente, o relatório proíbe a terceirização na atividade-fim e solicita que sejam criados parâmetros legais para regulamentar a terceirização na atividade-meio”, ele diz.

**Segue igual** - O senador manteve o texto aprovado na Câmara em dois itens – relação solidária e representação sindical. No primeiro caso, se a empresa contratada deixa de pagar os direitos trabalhistas, a contratante assume a responsabilidade. “Isso dá o mínimo de segurança aos terceirizados”, explica.

Em relação à representação sindical, os trabalhadores contratados diretos e terceirizados têm igualdade de direitos, o que impede que, em uma mesma empresa, existam trabalhadores que ganhem benefícios específicos, enquanto outros não.

**Avanços** - Em termos de avanços, Paim regulamenta a terceirização na atividade-meio e a proíbe na atividade-fim. “Esse é um dos pontos onde não deve ter acordo. De um lado, temos os Sindicatos pedindo que a terceirização não seja permitida na atividade-fim, porque seria o mesmo que precarizar tudo. De outro, o empresariado defendendo a terceirização geral”.

O senador proíbe também a subcontratação (quarteirização), com ressalvas para o segmento da construção civil ou setores que possuem legislação específica sobre o assunto; e também proíbe a pejetização.

“O texto que foi aprovado pela Câmara permitia a contratação de pessoa física como jurídica. A medida é vetada no relatório que será apresentado, e não deve agradar governo e empresários”, avalia o assessor.

**Expectativas** - Marcos Verlaine avalia que, apesar de o relatório trazer avanços e contemplar algumas reivindicações feitas pelo movimento sindical, ele encontrará resistência na bancada empresarial. Para Verlaine, melhor seria que o projeto não fosse colocado em votação agora.

## **Materiais e serviços têm queda de 0,09%**

08/12/2016 – Diário do Comércio

A redução nos preços dos materiais e serviços ajudou a desacelerar a inflação na construção em novembro, informou na quarta-feira a Fundação Getulio Vargas (FGV). O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-DI) teve elevação de 0,16%, ante uma alta de 0,21% em outubro, segundo os dados do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI).

O índice relativo a Materiais, Equipamentos e Serviços teve queda de 0,09% em novembro, após ter ficado estável no mês anterior (0,0%). Já o índice que representa o custo da Mão de Obra subiu 0,37%, ante alta de 0,39% em outubro.

IPC-DI - Após o aumento de 1,62% na taxa de água e esgoto residencial em outubro, o item ficou estável em novembro, ajudando a desacelerar a inflação ao consumidor no mês. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-DI) registrou alta de 0,17%, em novembro, após aumento de 0,34% no mês anterior, segundo os dados do IGP-DI.

Seis das oito classes de despesas apresentaram taxas de variação menores em novembro: Habitação (de 0,40% em outubro para 0,17% em novembro, sob influência do movimento da taxa de água e esgoto); Transportes (de 0,80% para 0,42%), Comunicação (de 0,89% para -0,02%), Alimentação (de -0,05% para -0,12%), Vestuário (de 0,23% para -0,13%) e Despesas Diversas (de 0,05% para -0,12%).

Houve destaque para os itens gasolina (de 1,77% para -0,09%), tarifa de telefone móvel (de 1,41% para 0,21%), hortaliças e legumes (de 1,37% para -6,34%), roupas (de 0,20% para -0,19%) e alimentos para animais domésticos (de 3,17% para 1,29%).

Na direção oposta, houve aumento maior nos gastos com Educação, Leitura e

Recreação (de 0,03% em outubro para 0,43% em novembro), devido a pressões como a do item Salas de Espetáculo, que passou de -1% para 0,67%.

O grupo Saúde e Cuidados Pessoais repetiu a taxa de variação registrada na última apuração, de 0,54%.

O item Perfume impactou para cima (0,00% para 0,73%), enquanto Xampu, Condicionador e Creme ajudaram a conter a alta (3,23% para -0,27%).

## **Abimaq acha difícil 2017 ser pior que 2016 e aposta em demanda reprimida**

08/12/2016 – DCI

### ***Presidente da associação destaca que a possibilidade de uma crise política no ano que vem pode atrapalhar a intenção de investimento***



O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), João Velloso, aposta numa demanda reprimida por novas tecnologias capaz de impulsionar a produtividade no Brasil, o que seria positivo para o setor que representa. A projeção de uma crise política em 2017, porém, desanima os fornecedores, que, sem perspectiva, não se motivam a buscar financiamento para crescer.

"A demanda está reprimida. Que dia ela vai acordar? Não sei. Olhando pelo lado político, 2017 será um ano de crise. O investimento quer acontecer, mas há a trava política. Ainda assim, acho difícil que o ano que vem seja pior do que este", afirmou Velloso, após participar de evento no Rio, em que demonstrou a associados a apresentação feita ao presidente da República, Michel Temer, com números do setor e reivindicações.

Pelas contas da Abimaq, neste ano, o setor terá faturamento líquido constante (ajustada a inflação) de cerca de R\$ 70 bilhões. Até outubro, faturou R\$ 68 bilhões e, em 2015, R\$ 87 bilhões. O desempenho da indústria de máquinas e equipamentos está em decadência desde 2013, quando o faturamento líquido fechou em R\$ 115 bilhões.

A pauta de reivindicação apresentada a Temer não é nova: refinanciamento dos débitos fiscais, fortalecimento do papel de fomentador do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e câmbio competitivo são os principais pedidos. "O Banco Central está destruindo o setor produtivo", complementou Velloso, reclamando do alto patamar da taxa básica de juros.

Há ainda uma pauta específica sendo tratada com o Ministério de Minas e Energia (MME), relativa ao setor de petróleo e gás natural. Na visão da Abimaq, as grandes petroleiras, entre elas a Petrobras, estão em lado oposto ao da indústria nacional fornecedora de máquinas e equipamentos, por buscarem a flexibilização da política de conteúdo local.

A Abimaq tenta garantir os benefícios dados aos importadores por meio do Repetro, que isenta de impostos a compra no exterior, sobretudo, de bens para a construção de plataformas. O Ministério da Fazenda tem marcado encontros para ouvir todo o setor sobre a possível extensão do regime especial, mas, segundo o presidente da entidade, nenhuma posição oficial foi externada até agora.

Outro debate gira em torno da flexibilização das regras de conteúdo local, uma nova política, batizada de Pedefor, que deve ser analisada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), na próxima quarta-feira, 14.

A Abimaq expôs os seus argumentos a favor da indústria nacional ao ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho, em reunião realizada no dia 30, mas, segundo Velloso, saiu do encontro, mais uma vez, ainda sem uma posição clara por parte do governo federal sobre a solução que será dada para atrair o investimento das petroleiras sem comprometer a geração de emprego localmente.

## Renúncias tributárias devem chegar a R\$ 285 bilhões em 2017

08/12/2016 – O Estado de S. Paulo

Em meio ao forte processo de ajuste fiscal, governo abre mão de receitas que totalizariam 4,2% do PIB.

Em meio ao forte processo de ajuste fiscal, as renúncias tributárias na economia brasileira somarão R\$ 285 bilhões no ano que vem, equivalente a 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo dados da Receita Federal que ilustram ainda mais a dificuldade que o governo terá para colocar as contas públicas em ordem. O número equivale ao crescimento nominal de 5,1% ante 2016 e é mais do que o dobro da meta fiscal do governo, de déficit primário de R\$ 139 bilhões.

"Renúncias tributárias são naturais e comuns em qualquer economia. A dificuldade é dosar o nível ou o tamanho, e sobretudo ser eficiente e eficaz na definição de quem atender", afirmou o pesquisador do Ibre/FGV e professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), José Roberto Afonso. "Por certo, governos brasileiros passados exageraram e erraram em quem beneficiar", acrescentou.

A lista dos itens que compõe as principais renúncias é bastante variada. Em 2017, o topo da isenção terá como beneficiário as empresas que integram o programa Simples (R\$ 82,9 bilhões), as companhias da zona franca de Manaus (R\$ 25,6 bilhões) e as entidades sem fins lucrativos (R\$ 24,5 bilhões). Também estão nas primeiras colocações desoneração para a cesta básica (R\$ 23,8 bilhões) e para folha de salários (R\$ 17 bilhões).



Para entregar metas fiscais prometidas, é provável que a equipe econômica seja obrigada a rever parte dessas desonerações

"Há uma série de renúncias que podem ser reavaliadas", afirma o economista da LCA Consultores, Bráulio Borges. "Por exemplo, quando a desoneração da folha foi

introduzida, o principal argumento da indústria era que o setor estava sofrendo com câmbio. Hoje, com o real mais desvalorizado, o contexto mudou e não existe mais a necessidade deste mesmo programa", diz.

No ano passado, o dólar subiu 48,49% sobre o real e, neste ano até a véspera, acumulava queda de 13,46%.

Para Borges, nem todas as renúncias têm um aspecto tão negativo para a economia brasileira. Ele cita, por exemplo, os benefícios ao trabalhador, que devem somar R\$ 11,36 bilhões no ano que vem.

**Pouca margem.** Para conseguir entregar as metas fiscais prometidas e manter o processo de ajuste das contas públicas nos próximos anos, é provável que a equipe econômica seja obrigada a rever parte dessas desonerações, embora nem todas dependam de decisão exclusiva do Executivo, já que algumas estão garantidas pela Constituição ou dependem do Legislativo.

"O espaço para esse debate acontecer pode ser no ano que vem, porque em 2018 é um ano de eleição e algumas medidas podem ser impopulares", afirma Borges, da LCA.

A questão é que o governo tem pouca margem de manobra nas contas públicas. Em 2017, ele deve ter receitas extras com os processos de concessão e privatização e pela segunda rodada de regularização de ativos brasileiros no exterior, mas o crescimento econômico mais baixo deve frustrar as receitas.

No cenário traçado pela consultoria Tendências, por exemplo, além da Proposta da Emenda à Constituição (PEC) que limita o crescimento dos gastos públicos, o governo vai precisar adotar medidas fiscais adicionais de R\$ 42,5 bilhões ao ano entre 2017 e 2021 para que a relação dívida pública e Produto Interno Bruto (PIB) comece a cair a partir daí.

Nas medidas adicionais previstas pela consultoria, estão recursos extras com concessões, revisão de desonerações e corte de despesas. "Como estratégia, o governo pode pensar em fazer a reversão da desoneração tributária em setores, produtos ou itens que sejam menos sensíveis à atividade econômica", diz o economista da Tendências, Fabio Klein, citando como exemplo possível tributação em investimentos isentos de Imposto de Renda como a Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA).

Procurados, a Ministério da Fazenda e Receita Federal comentaram o assunto.

## Agência Moody's eleva o rating da Usiminas

08/12/2016 – Diário do Comércio

A agência de classificação de risco Moody's elevou o rating da Usiminas de Ca para Caa2 em escala global. Ao mesmo tempo, o rating em escala nacional foi elevado de Ca.br para Caa2.br. A perspectiva é estável.

Segundo a agência, a elevação dos ratings reflete "a conclusão de uma reestruturação de dívida em setembro de 2016 e um aumento de capital de R\$ 1 bilhão, finalizado em julho de 2016, o que reduziu as pressões de liquidez no curto prazo e permitirá que a companhia foque com mais atenção em suas operações".

A Moody's afirma, no entanto, que mesmo após a conclusão da extensão do prazo para o pagamento da dívida e a injeção de capital, os desafios de liquidez permanecem.

Segundo a agência, os ratings "continuam refletindo a sólida posição da Usiminas no mercado brasileiro de aço e as medidas adotadas pela companhia para ajustar suas operações à demanda fraca no mercado brasileiro".

Já a perspectiva estável incorpora a premissa de que a Usiminas será capaz de cumprir as condições definidas pelos credores e irá continuar em busca de alternativas de liquidez enquanto recupera sua capacidade de gerar fluxos de caixa sustentáveis.

A Moody's também elevou o rating de notas da Usiminas de Ca para Caa2. A recomendação também tem perspectiva estável. São elas: US\$ 500 milhões em notas seniores não seguradas do programa Global MTN, emitidos pela Usiminas; US\$ 500 milhões em notas seniores não seguradas do programa Global MTN, emitidos pela Cosipa; e US\$ 400 milhões em notas seniores não seguradas, com vencimento em 2018, emitidas pela Usiminas.

## **Empresários defendem tarifa zero em acordo comercial entre Brasil e EUA**

08/12/2016 – Bem Paraná

Entidades representantes do empresariado brasileiro e americano elaboraram uma proposta de acordo para reduzir as tarifas no comércio entre os dois países ao longo de dez anos.

A meta é zerá-las até 2030. A CNI (Confederação Nacional da Indústria) vai apresentar o documento em evento nesta quarta (7) com a presença do ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira. A Câmara de Comércio americana, que representa o lado dos EUA na proposta, deve divulgá-la nos próximos dias para a equipe de transição que toca a passagem da presidência para Donald Trump.

Os empresários pedem que os governos iniciem as negociações no começo de 2017 – logo após a posse do republicano, cuja campanha eleitoral teve o comércio exterior como um de seus principais alvos.

A CNI, porém, não acredita que seja um momento ruim para pressionar por um acordo. "Depois que Trump venceu a eleição, houve uma mudança no discurso. Ele continua a ter uma retórica de proteção, mas mais no sentido de 'somos contra acordos que consideramos desleais'. Uma negociação bilateral casa melhor com os sinais que vêm sendo emitidos", diz Diego Bonomo, gerente-executivo de comércio exterior da CNI.

Assim, o cronograma proposto no acordo é que as negociações comecem em 2017. O horizonte sugerido é o de que, ao longo de dez anos, todas as tarifas impostas às importações de um parceiro e de outro sejam reduzidas gradualmente até zero -o que aconteceria em 2030.

O comércio entre matrizes e subsidiárias seria um dos mais beneficiados pelo acordo, defende a proposta. Essa inserção nas cadeias de valor de grandes indústrias seria um dos principais ganhos para o Brasil com um acordo, diz Bonomo.

Estudo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas para subsidiar a proposta de acordo estima um aumento de 1,29% do PIB brasileiro em 2030 caso todas as tarifas comerciais com os EUA sejam zeradas, e as barreiras não tarifárias -como normas sanitárias- sejam reduzidas em 40%.

Nesse cenário, as importações feitas pelo Brasil originárias dos EUA cresceriam 7,46%, enquanto as exportações, 6,94% no período. Bonomo, porém, admite que a proposta é ambiciosa e pode gerar resistência de alguns setores.

A competitividade do agronegócio brasileiro, por exemplo, assusta o americano. Por outro lado, há muitas áreas em que as economias se complementam, o que pode

facilitar uma atuação conjunta para abrir barreiras em outros países, diz o gerente-executivo. Além da potencial resistência de setores econômicos e da nova Casa Branca, as negociações para um acordo devem enfrentar também o Mercosul.

Por ser uma união aduaneira, o Brasil só pode negociar reduções tarifárias com outros países em conjunto com os demais membros do bloco sul-americano -uma das razões apontadas para o país ter tão poucas parcerias, diante da dificuldade de avançar em conjunto com os vizinhos.

Assim, os empresários propõem que o Brasil busque em um primeiro momento uma negociação em bloco mas, caso não consiga, que busque caminhos alternativos, como a obtenção de um "waiver" (perdão) dos demais integrantes para negociar sozinho com os EUA. Os americanos estão entre os maiores parceiros comerciais do Brasil, atrás dos chineses.

De janeiro a novembro deste ano, o Brasil exportou US\$ 20,9 bilhões para os EUA e importou US\$ 21,6 bilhões -12,34% e 17,2% do total exportado e importado pelo Brasil, respectivamente.

### **Ranking de Empresas Mais Admiradas no Brasil é liderado por Apple**

08/12/2016 – Tribuna PR

A Apple foi escolhida pela terceira vez consecutiva a líder do ranking As Empresas mais Admiradas no Brasil, estudo realizado pela Officina Sophia, empresa de pesquisa de mercado especializada em estratégia de negócios, pertencente à holding HSR. Apesar da liderança da gigante global de tecnologia, a lista das dez melhores colocadas inclui ainda bancos e companhias de consumo de origem brasileira.

Natura e Nestlé aparecem empatadas em terceiro lugar, logo atrás do Google, que ficou na segunda posição. Os bancos Itaú, Banco do Brasil e Bradesco ficaram com a quarta, oitava e décima colocação, respectivamente. Ambev e Unilever estão na quinta e sexta colocação, seguidas pela Embraer, em sétimo. A lista inclui ainda O Boticário, Grupo Pão de Açúcar (GPA) e Coca-Cola, o primeiro empatado em oitavo lugar como Banco do Brasil e os outros dois em nono.

O estudo classificou ainda os líderes empresariais mais admirados. O mais bem colocado é o empresário Jorge Paulo Lemann, dono, por meio do fundo 3G Capital, de um império que inclui fatia da maior cervejaria do mundo, a AB InBev. Completam a lista Roberto Setúbal, do Itaú, Luiza Helena Trajano, do Magazine Luiza, Abílio Diniz, do Conselho de Administração da BRF, o ex-presidente da Natura Roberto Lima, além de Fábio Coelho, do Google Brasil, e Claudia Sender, da Latam.

O levantamento escolheu ainda as marcas mais reconhecidas em 11 macrosetores da economia. O Itaú conquistou o primeiro lugar no negócio financeiro. A Ticket venceu em Serviços Empresariais, a Microsoft em Tecnologia e o Facebook em Web. Vivo, Volkswagen, Bayer, Cyrela, Drogasil e Droga Raia, além de Nestlé e Apple, completam a lista em seus respectivos setores de atuação.

### **Exportações de aço da China têm forte queda pelo 4º mês consecutivo**

08/12/2016 – Tribuna PR

As exportações de aço da China tiveram forte queda pelo quarto mês consecutivo em novembro, mostrando que a oferta do maior produtor mundial da commodity sofre em meio a barreiras tarifárias impostas por outros países.

Dados oficiais mostram que as vendas externas de aço do gigante asiático caíram 16% na comparação anual de novembro, a 8,12 milhões de toneladas.

No acumulado do ano até novembro, as exportações chinesas de aço recuaram 1% ante igual período de 2015, a 100,68 milhões de toneladas.

A China, que responde por cerca de metade da produção mundial de aço, tem inundado mercados externos com aço barato à medida que a demanda doméstica perde força.

Em meio a acusações de "dumping", EUA, Europa, Índia e outros países vêm adotando barreiras para conter a entrada do aço chinês e proteger os produtores locais.

Os EUA, por exemplo, impuseram este ano tarifas de até 266% sobre o aço chinês. Pequim nega que esteja praticando "dumping", mas sua indústria siderúrgica vem reduzindo sua capacidade de produção em meio aos protestos.

## **China financiará ônibus elétricos no Brasil**

08/12/2016 – O Estado de S. Paulo

Banco de Fomento chinês anunciou uma linha de crédito de R\$ 1 bilhão para a fabricante BYD oferecer leasing dos ônibus aos seus clientes

CHINA - O Banco de Fomento da China vai abrir em 2017 uma linha de crédito de R\$ 1 bilhão para investimentos no Brasil na construção de ônibus elétricos e painéis solares. A linha será aberta para a BYD, chinesa líder do setor e que mantém uma fábrica de ônibus elétricos em Campinas, no interior de São Paulo.

Em fevereiro, a companhia asiática vai abrir na região uma planta de painéis solares. Com essa linha, a BYD vai oferecer aos empresários de transporte público um contrato de leasing.

Cada ônibus elétrico custa R\$ 1 milhão, enquanto um modelo comum (movido a combustível) sai por R\$ 400 mil.

Segundo Adalberto Maluf, vice-presidente de vendas da BYD no Brasil, essa diferença será financiada no prazo de dez anos. As parcelas, segundo ele, serão pagas com o dinheiro que será economizado com combustível e manutenção.

De acordo com técnicos da BYD, cada ônibus elétrico tem vida útil de pelo menos 20 anos. Dessa forma, segundo eles, seria possível até reduzir as tarifas depois de pago o empréstimo.

O assunto foi tratado em uma reunião em Shenzhen, cidade onde está a sede da BYD, entre o presidente da empresa, Wang Chuan Fu, e o prefeito reeleito de Campinas, Jonas Donizete (PSB).

Donizete disse no encontro que, diante da iniciativa dos chineses, vai incluir na licitação do transporte público de Campinas em 2017 a exigência da aquisição de uma cota mínima de ônibus elétricos para as companhias que forem operar na cidade.

Atualmente, já circulam em Campinas 11 ônibus elétricos da BYD, que foram comprados pela Itajaí Transporte. Além disso, cinco táxis elétricos operam na cidade do interior paulista.

O ônibus tem autonomia para rodar 300 km por dia usando uma bateria de ferro-lítio, enquanto os carros andam 400 km sem precisar reabastecer.

A BYD também espera, com essa linha de crédito, entrar no mercado da capital paulista, onde há a perspectiva que se aprove, em 2018, uma cota semelhante à de Campinas no momento da renovação dos contratos de transporte público.

Além de Campinas, Curitiba e o Distrito Federal já operam com ônibus elétricos.



Considerada o Vale do Silício da China, Shenzhen será em 2017 a primeira cidade do mundo a ter 100% da frota de ônibus e táxis movida a energia elétrica.

Com 20 milhões de habitantes, Shenzhen espera também inaugurar em 2017 um trem monotrilho elétrico.

Executivos da BYD disseram ao Estado esperar que o governo de Michel Temer retome o Programa de Incentivo à Indústria de Nanocondutores (Padis), que foi derrubado no governo da ex-presidente Dilma Rousseff. No dia 20, a BYD estará no 4.º leilão de energia solar.

R\$ 1 milhão  
é o custo de um ônibus elétrico  
R\$ 400 mil  
custa um ônibus comum

## Culpa da crise? Frota de veículos de Curitiba encolhe em um ano

08/12/2016 – Bem Paraná

***Crise econômica provocou a redução do número na Capital. No Estado ela cresceu***



Frota curitibana perdeu mais de oito mil veículos desde dezembro do ano passado: mais um fenômeno da crise (foto: Franklin de Freitas)

A frota de veículos de Curitiba caiu neste ano em relação ao ano passado. O fato é mais um fenômeno provocado pela crise econômica no País. A frota da Capital até outubro deste ano estava em 1.407.603 veículos. Em outubro de 2015 eram 1.415.901. A queda chega a cerca de 8 mil veículos. Quando se fala apenas em carros de passeio, a redução foi de 981.314 no ano passado para 970.806 até outubro deste ano — cerca de 10.500 carros a menos nas ruas.

“Em função da própria situação do país, as pessoas se desfazem de alguns bens. Então aquela família que tinha dois, três veículos, acaba ficando com um só”, aponta o coordenador de veículos do Departamento de Trânsito do Paraná (Detran-PR), Herivelto do Carmo..

“Então muitos veículos que estavam no Paraná podem estar indo para outros estados, outros mais velhos também saem de circulação, e não podemos deixar de contar que houve uma redução na venda e produção de veículos novos”, diz.

Já no Paraná, a crise apenas fez reduzir o avanço da frota sem, contudo, fazê-la cair como aconteceu em Curitiba. Em outubro deste ano a frota paranaense era de 6.818.234 veículos, quantidade acima dos 6.669.925 do mesmo período de 2015.

A tendência, segundo Carmo, é de a queda na frota curitibana se manter nos próximos meses. Se a redução acabar sendo significativa, alguns reflexos deverão começar a ser mais sentidos, como a redução na intensidade do trânsito, melhorias em aspectos ecológicos para a cidade e um menor número de acidentes. “Por enquanto, contudo,

o reflexo é pequeno, quase imperceptível, porque a redução (na frota) foi muito pequena”, finaliza.

Em Curitiba, a redução da frota começou exatamente a partir do mês de janeiro deste ano, quando a crise começou a se intensificar após um 2015 de fracas vendas.

### **Frota por tipo de veículo em outubro 2015/2016**

<b>Ano</b>	<b>Automóvel</b>	<b>Caminhão</b>	<b>Caminhonete</b>	<b>Motocicleta</b>	<b>Ônibus</b>
2015	981.314	37.838	92.114	123.421	6.602
2016	970.806	37.201	92.609	123.972	6.272

### **Redução da frota curitibana**

Dezembro/2015

1.415.987

Janeiro/2016

1.414.986

Fevereiro/2016

1.414.062

Março/2016

1.415.667

Abril/2016

1.415.388

Maio/2016

1.414.069

Junho/2016

1.414.013

Julho/2016

1.412.081

Agosto/2016

1.414.551

Setembro/2016

1.412.081

Outubro/2016

1.407.603

## **EPE e ONS revisam para baixo previsão de carga de energia**

08/12/2016 – Tribuna PR

Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) revisaram para baixo as projeções de carga de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN) para este ano e os próximos e passaram a prever um crescimento médio anual de 3% entre os anos de 2016 e 2020, abaixo dos 3,7% estimados anteriormente. Agora, a previsão é de que este ano apresente estabilidade da carga e não mais crescimento de 1%, como esperado anteriormente.

Para o planejamento anual da operação energética 2017 (2017-2021), a taxa média de expansão ficou em 3,3%. Os dados foram apresentados durante Workshop sobre Previsão e Acompanhamento da Carga do SIN, realizado nesta quarta-feira, 7, no Rio de Janeiro.

A revisão para baixo leva em conta que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cairá 3,5% em 2016, e não mais 3%, como considerado na revisão das projeções publicada em agosto. As estimativas de crescimento do PIB para 2017 até 2020 também foram reduzidas, levando a taxa média de expansão entre 2016 e 2020 a ficar em 1,8%. Além disso, para 2021, incorporou-se uma previsão de alta de 2,8%, levando a taxa média 2016-2021 a 2%.

A EPE lembrou que a expectativa de retomada da atividade econômica ao longo do segundo semestre deste ano foi frustrada e que o carregamento estatístico afetará o PIB de 2017.

“A instabilidade política continua impactando as expectativas e a retomada de investimentos”, destacou a instituição em apresentação disponibilizada no site do ONS. A EPE também considerou a expectativa de continuidade de deterioração do mercado de trabalho. “Piores condições do mercado de trabalho no curto prazo prejudicam a retomada de confiança dos consumidores, impedindo uma recuperação mais rápida do comércio e dos setores da indústria voltados ao mercado interno.”

Em termos nominais, a nova previsão considera uma carga de energia (que contabiliza o consumo efetivamente de energia elétrica e as perdas e outras diferenças) de 64.636 MW médios em 2016, cerca de 2 mil MW médios abaixo do previsto anteriormente. Para 2020, a carga estimada é 4,236 mil MW médios menor, ou 72,766 MW médios.

Todos os submercados tiveram suas projeções de carga revistas para baixo no horizonte 2016-2020. A maior redução foi na região Norte, que teve a taxa reduzida de 5,5% ao ano para 3,3%, Já o Nordeste teve queda de 0,3 ponto porcentual (p.p.), para 3,6%; a previsão para o Sul baixou 0,4 p.p., para 3%, e o Sudeste/Centro-Oeste recuou 0,6 p.p., para 3,8%.

O submercado Sudeste/CO, que concentra a maior parte da carga do País, teve revisão mais significativa este ano. Agora a estimativa contempla uma queda de 0,8%, ante leve alta de 0,2% estimada anteriormente. O Sul também mostrou forte redução da previsão da carga para este ano, para 0,2%, ante os 3,2% estimados anteriormente. Para o Nordeste, por sua vez, houve uma melhora da projeção, que dobrou para 1,6%.

### **Compatibilização de dados**

Além de apresentar as novas projeções, o workshop teve como objetivo mostrar uma análise detalhada das medições de geração das usinas instaladas no País pelos órgãos que contabilizam esses valores – ONS e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) -, de maneira a identificar o motivo de cada instituição divulgar um número diferente, e consolidar uma nota técnica sobre o assunto.

A diferença entre os valores apurados pelo ONS e pela CCEE ficou da ordem de 3% (2,05 mil MW médios) no ano de 2015, mesmo patamar observado no acumulado de janeiro a setembro deste ano (3% ou 1,724 MW médios).

A nota técnica, disponível no site da CCEE, recomenda a revisão do histórico de carga verificada pelo ONS. O ajuste significará uma redução de 1.349 MW médios em 2015 e de 1.319 MW médios em 2016 (até setembro).

Conforme explica o documento, a revisão deve-se às “inconsistências encontradas nas informações prestadas pelos agentes ao ONS, à utilização de valores programados, à duplicidade devido a representação de conjuntos de usinas e de usinas individualizadas, a inconsistências pontuais e à maior precisão nos valores da medição da CCEE”. Ainda assim, a nota alerta que os valores de carga do ONS e de geração da CCEE são diferentes devido às funções de cada instituição.

Para minimizar a ocorrência de erros a nota propõe o estabelecimento de uma sistemática em que serão consideradas de forma articulada as medições de supervisão do ONS, as medições da CCEE e os dados encaminhados pelos agentes de distribuição. Além disso, será proposta a criação de uma “Coordenação Executiva de Acompanhamento de Dados Verificados de Geração para Composição da Carga Global, que obtenha os dados verificados de geração e troque informações de usinas que acessam a rede básica e sistemas de distribuição.

No mais, a nota técnica também defende a participação da CCEE e sua contribuição no processo de previsão de carga para o planejamento energético para o período de 5 anos, tendo em vista que essa previsão afeta o cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), comandado pela câmara de comercialização.

“A elaboração conjunta das previsões de carga para o Planejamento Anual da Operação Energética pelas três Instituições – ONS, CCEE e EPE – contribuirá para o enriquecimento dos estudos e análises das projeções de carga e preço”, diz o texto.

### **Skaf: para que crescimento volte, primeira coisa é redução dos juros absurdos**

08/12/2016 – Tribuna PR

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, criticou nesta quarta-feira, 7, o conservadorismo do Banco Central (BC) na redução dos juros, um entrave, segundo ele, à reação da atividade econômica. Embora tenha evitado vincular a demora na recuperação econômica à instabilidade política, Skaf destacou que a crise na economia e no mercado de trabalho pode minar a força do governo em aprovar as reformas estruturais.

O presidente da Fiesp, entidade que apoiou o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, falou com jornalistas após reunião com representantes de diversos setores da indústria cuja pauta, conforme Skaf, se centrou nas medidas necessárias à recuperação do crescimento econômico.

De acordo com o executivo, a leitura é que a primeira medida para dar viabilidade à retomada econômica é reduzir os “juros absurdos”, seja a taxa básica (Selic), sejam os juros cobrados do consumidor.

Skaf classificou como “lamentável” a visão “totalmente errada” do Banco Central em manter os juros no patamar atual: 13,75%, após dois cortes seguidos de 0,25 ponto percentual.

Também sugeriu que a política monetária mirasse o nível de emprego, a exemplo do que é observado pelo Federal Reserve, o banco central norte-americano. Se esse fosse um dos papéis do BC brasileiro, ele julgou que não se justificaria o argumento de que a política monetária precisa ser cautelosa por conta da inflação persistente.

“O Banco Central não pode atrapalhar o desenvolvimento do País e, neste momento, não há nada mais importante do que a queda dos juros. O Banco Central está errado e nós, como sociedade, vamos reagir a essa posição errada”, afirmou.

Ele acrescentou que, enquanto o desemprego e o fechamento de empresas sobem, a inflação está caminhando para o centro da meta (4,5%), o que abre espaço à redução da Selic.

Também comentou que as reformas, a começar pela proposta de emenda constitucional que limita os gastos públicos, vão na direção correta. Skaf avaliou, contudo, que a economia está demorando mais para reagir do que se esperava, o que, somada à deterioração do mercado de trabalho, pode trazer dificuldade à aprovação das reformas.

“Aí, a tempestade está formada. Você pode caminhar a um caos. Não vamos ficar de braços cruzados.”

“O que está errado é a taxa de juros estar altíssima num momento em que, no mundo, os juros estão negativos”, acrescentou.

Aliado de Michel Temer, Skaf evitou, no entanto, comentar o impacto da crise política sobre o andamento da agenda de medidas que visam à recuperação econômica. “Há quem diga que a aprovação das reformas dependa da reação da economia. Então, vamos cuidar da economia”.

## **Investigação do Cade abrange 10 bancos com sede no Brasil**

08/12/2016 – Tribuna PR

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) instaurou um novo processo para investigar cartel no mercado de câmbio brasileiro, envolvendo o Real. Mais cedo, o conselho havia anunciado a assinatura de um acordo com bancos relacionados a um cartel internacional com efeitos no Brasil.

Desta vez, o Cade investiga 10 bancos com sede no Brasil e apura práticas feitas em território nacional por 19 funcionários e ex-funcionários das instituições.

Segundo o conselho, há “fortes indícios” de conduta competitiva contra os bancos BTG Pactual, Citibank, HSBC, BBM, BNP Paribas e Múltiplo. Também há indícios de participação, em menor grau, do Itaú, Santander, ABN AMRO Real, Fibra e Societé Générale. O grupo é diferente do investigado em um esquema internacional que levou o conselho a multar em R\$ 181 milhões outros cinco bancos pelo mesmo motivo.

### **Cartel**

De acordo com o Cade, as condutas anticompetitivas teriam ocorrido nos mercados de câmbio à vista (FX Spot Market ou spot) e de futuros (derivativos). Os contatos eram feitos por meio de salas de bate-papo (chat room) da agência de notícias Bloomberg e duraram, pelo menos, entre 2008 e 2012.

“Os indícios levantados apontam para tentativas de coordenação de operações cambiais e de posições de risco cambial; tentativa de definição de preços e/ou níveis de preços para spreads cambiais e diferenciais; tentativas de influenciar o índice de referência PTAX do Banco Central do Brasil – Bacen”, lista o Cade.

Segundo a superintendência do conselho, as práticas reduziram a concorrência, pois os operadores atuavam como um só player no mercado

## **Receita amplia controles sobre dados da repatriação**

08/12/2016 – Tribuna PR

A Receita Federal resolveu ampliar os controles do sigilo bancário das informações prestadas pelos contribuintes que aderiram ao programa de repatriação de recursos não declarados ao exterior.

Com o argumento de proteção do sigilo fiscal dos contribuintes, o Fisco brasileiro publicou nota técnica determinando que todos os documentos de arrecadação de receitas pagos pelas empresas e pessoas físicas que fizeram a regularização tenham o identificador do CPF e ou CNPJ alterado para o número de inscrição da própria Receita.

Dessa forma, os nomes de quem repatriou o dinheiro enviado ilegalmente para o exterior não serão mais identificados na documentação de arrecadação. Desde o início do programa, no início do ano, há um temor dos contribuintes de serem surpreendidos com o vazamento da lista com os nomes das pessoas que fizeram a repatriação.

A decisão da Receita abriu mais uma frente de confronto entre os servidores com o comando do órgão. A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita (Unafisco)

afirma que a medida vai dificultar o trabalho dos fiscais, principalmente de fiscalização da origem do dinheiro usado para o pagamento da regularização.

“É o sigilo do sigilo!”, advertiu o presidente da Unafisco, Kléber Cabral. Segundo ele, foi criada uma categoria especial de sigilo fiscal para os próprios auditores fiscais. A nota técnica centraliza em Brasília todas as informações do programa. Pela norma baixada, as solicitações dos contribuintes para retificações nas declarações apresentadas terão que ser encaminhadas para a Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança, em Brasília. Os pedidos de restituição também terão que ser enviados para a Coordenação Especial de Ressarcimento, compensação e Restituição.

Para o presidente da Unafisco, a norma é muito “estranha” porque a lei de repatriação já prevê o sigilo de informações, que têm que obrigatoriamente serem protegidas pelos servidores da Receita.

Procurada pelo Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, a Receita justificou que toda informação obtida pelo órgão, seja por meio de informação do contribuinte ou de terceiros, é submetida a uma classificação quanto ao grau de sigilo exigido legalmente.

Segundo a Receita, o sigilo fiscal sobre as informações contidas nas suas bases de dados obedece, de forma rigorosa, o que dispõe o Código Tributário Nacional (CTN).

A Receita informou ainda que para a declaração da repatriação, por ser nova e peculiar, há a necessidade de construção e adequação de sistema que atenda “aos preceitos legais” quanto ao acesso às informações.

A Receita vive um ano de grande turbulência. Auditores ainda buscam no Congresso a aprovação de projeto que garante a criação de bônus atrelado à produtividade. O impasse em torno desse projeto tem levado a movimentos de paralisação que vêm afetando a arrecadação.

Projeto em tramitação no Congresso colocou também os auditores em estado de alerta. Eles alegam que a proposta põe sob ameaça prerrogativas dos auditores, que levará ao desmonte da Receita e atrapalhará as investigações, sobretudo da operação Lava Jato.

## **Deputado Silvio Costa propõe plebiscito sobre reforma da Previdência**

08/12/2016 – Tribuna PR

O deputado federal Silvio Costa (PTdoB-PE) propôs nesta quarta-feira, 7, a realização de um plebiscito sobre a reforma da Previdência que o governo Michel Temer enviou para análise do Congresso Nacional. Pela proposta do parlamentar, a consulta popular seria feita em 30 de abril de 2017 e questionaria se o cidadão brasileiro é contra ou a favor da reforma apresentada.

Costa apresentou a proposta de plebiscito por meio de um projeto de Decreto Legislativo. Para que o projeto comece a tramitar na Câmara, ele precisa ter o apoio de pelo menos 171 deputados, equivalente a um terço dos 513 integrantes da Casa. A inclusão do pedido na pauta, porém, depende do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que é aliado do Palácio do Planalto, e também precisa ser aprovada pelo Senado.

“Precisamos escutar o povo do Brasil sobre a reforma da Previdência. Está falando aqui um deputado que é a favor da reforma. Entretanto, esse governo não tem legitimidade para propor uma reforma como essa”, afirmou Silvio Costa.

Para ele, antes de propor a reforma, o presidente Michel Temer deveria abrir mão de metade da aposentadoria de R\$ 30 mil que recebe de procurador do Estado de São Paulo desde os 55 anos.

Costa defendeu que a reforma da Previdência é necessária, mas precisa ser discutida com calma. Ele criticou o fato de o relator da reforma na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), ter apresentado parecer pela admissibilidade da proposta já nesta quarta-feira, um dia depois de a matéria ter sido oficialmente apresentada pelo governo.

### **Câmara conclui votação de MP que permite importação de papel-moeda**

08/12/2016 – Tribuna PR

O plenário da Câmara dos Deputados concluiu a votação da Medida Provisória 745, que autoriza o Banco Central a comprar papel-moeda no exterior. Nenhuma das sugestões de modificação do texto principal foi aprovada e a MP segue agora para o Senado.

Uma das emendas votadas sugeria uma alteração sensível na MP e propunha que o Banco Central só poderia adquirir papel-moeda e moeda metálica fabricados fora do Brasil se fosse constatada incapacidade de atendimento da demanda nacional pela Casa da Moeda. A emenda foi derrotada por 188 votos contra e 119 à favor.

Durante a votação, alguns parlamentares sustentaram no plenário que a exclusividade da Casa da Moeda para a produção interna era uma questão de segurança nacional. Os deputados se revezaram em discursos na tribuna acusando o governo de já ter uma empresa americana pronta para atender à demanda brasileira.

“Já deve ter alguém levando vantagem nessa parada”, disse o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP)

“É óbvio que aqui tem uma jogada, tem um trambique. Isso faz parte da cara deste governo. Este governo é o governo de entrega”, comentou o líder do PSOL, Ivan Valente (SP).

O líder do DEM, Pauderney Avelino (AM), rebateu os discursos. “Isso não é coisa do outro mundo. Os EUA compram papel-moeda de uma empresa sueca”, disse.

Outra emenda rejeitada pelo plenário foi a que extinguiu o artigo segundo da MP, que versava sobre a situação de emergência para a produção de papel-moeda no exterior. A emenda foi proposta pelo PSOL, que viu no texto a explícita dispensa de licitação.

### **Policiais pressionam contra reforma da Previdência e prometem paralisação**

08/12/2016 – Tribuna PR

Entidades que representam policiais civis, rodoviários e federais retomaram nesta quarta-feira, 7, a estratégia de fazer um corpo a corpo com membros do governo para tentar acabar com a ideia de extinguir as aposentadorias especiais para a categoria na reforma da Previdência.

O grupo esteve no início da tarde de hoje no Ministério da Justiça para tentar uma audiência com o ministro, Alexandre de Moraes. Eles foram informados que Moraes abriria um espaço na agenda para recebê-los às 17 horas.

A principal reclamação dos policiais é que, ao contrário dos PMs e dos bombeiros nos Estados, eles não terão mais direito a se aposentar com condições mais benéficas, após a aprovação da reforma.

Pela regra proposta, apenas os agentes que estiverem enquadrados na regra de transição (acima de 50 anos para homens e acima de 45 anos para mulheres) poderão acessar regras mais benéficas, que são: idade mínima de 55 anos e tempo mínimo de contribuição de 20 anos para ter direito à aposentadoria.

“Como vamos ter um agente da PF ou um policial rodoviário federal, aos 65 anos, cumprindo mandados, patrulhando? Não tem a menor condição”, disse Mozart Felix, dirigente da Federação Nacional de Delegados de Polícia Civil (Fendepol). “Como vai colocar gente de 60 anos para trocar tiro?”

Felix disse que hoje eles já se reuniram com deputados e pretendem repetir a estratégia no Palácio do Planalto, para tentar uma agenda com o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, que comandou a elaboração técnica da proposta. A categoria promete também paralisações ainda esta semana.

“Polícia envelhecida é crime fortalecido”, disse Eric Seba, diretor da Polícia Civil do DF. “É imperioso para o combate à criminalidade que civis sejam excepcionalizados. Não nos parece razoável que as Forças Armadas, que ficam em estado de preparo, tenham ficado de fora. Nós estamos todos os dias no enfrentamento.”

## **Gasolina sobe R\$ 0,12 por litro em Curitiba após reajuste nas refinarias**

08/12/2016 – Tribuna PR



Dois dias após o reajuste dos preços da gasolina e dos diesel nas refinarias da Petrobras, os preços desses combustíveis já subiram nos postos de Curitiba. A gasolina subiu, em média, R\$ 0,12 centavos por litro enquanto o diesel teve alta de R\$ 0,13 centavos.

O reajuste da Petrobras nas refinarias foi de 3,4% para a gasolina, ou R\$ 0,12 centavos por litro – exatamente o valor que foi repassado nas bombas, segundo levantamento realizado pela **Gazeta do Povo** na capital paranaense nesta quarta-feira (7). Já o aumento do diesel foi de 9,5%, o equivalente a R\$ 0,17 por litro. Para o consumidor, foi registrada uma alta de R\$ 0,13 por litro.

Dos 15 postos contatados pela reportagem para o levantamento, espalhados por todas as regiões da cidade, nove afirmaram ter aumentado o preço da gasolina entre esta terça-feira (6) e quarta-feira (7). Entre os quatro que não repassaram o reajuste, três planejam fazê-lo ainda nesta quarta-feira (7).

O preço médio registrado para a gasolina foi de R\$ 3,58. Enquanto isso, na semana passada a média foi de R\$ 3,46, de acordo com levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Já com relação ao diesel, 12 postos de combustível foram questionados sobre o aumento do preço. Desses, sete registraram aumento de preço, que passou de R\$ 2,80, segundo a ANP, para R\$ 2,93.

### **Nova orientação de preços**

Após dois cortes no preço dos combustíveis nas refinarias em menos de um mês, a Petrobras reajustou a gasolina e o diesel nesta segunda-feira (5).



A mudança faz parte de uma nova orientação de preços anunciada pela estatal em outubro. O objetivo das revisões mensais é manter os preços no mercado interno mais alinhados ao do mercado internacional

## **Ambiente externo é desafiador e 'interregno benigno' pode terminar, diz Ilan**

08/12/2016 – Tribuna PR

O cenário externo ainda parece ser um dos grandes temas do Banco Central na condução da política monetária. Em café da manhã com jornalistas, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, reconheceu nesta quarta-feira, 7, que o ambiente externo "é mais desafiador" que as questões domésticas e reconheceu que o período positivo para as economias emergentes, o chamado "interregno benigno", pode terminar.

"O cenário externo é mais desafiador. Como colocamos na ata e no comunicado, é possível que tenhamos o fim do período de interregno benigno", disse, ao comentar que o período "era bom, mas não ia durar para sempre". "Com Brexit, eleição de Donald Trump, referendo na Itália e várias coisas que acontecem no mundo, é possível, sim, que estejamos vendo o fim do interregno benigno", comentou.

Ilan notou que essa alteração do quadro externo "pode influenciar o processo de inflação". Ele disse, porém, que a influência externa não aponta apenas para uma única direção.

Segundo o presidente, o quadro externo ainda depende de fatores como a tendência de preço das commodities e as condições financeiras globais, entre outros.

"Não há relação mecânica entre o cenário externo e a política monetária", disse Ilan Goldfajn, ao repetir trecho da ata conhecida na terça-feira, 6.

Questionado se haveria "alguma torcida" para o governo de Trump nos Estados Unidos, o presidente do BC respondeu que é rubro-negro. "Eu sou torcedor do Flamengo. Aí, metade do Brasil já vai ficar contra", brincou. "O BC não torce para cenários, tem de observar ao longo do tempo e ver se as incertezas vão diminuir", comentou. "Seria bom previsibilidade e não ter conflitos", se limitou a dizer sobre o quadro.

## **Receita abre consulta para instrução sobre identificação de contas financeiras**

08/12/2016 – Tribuna PR

A Receita Federal abriu consulta pública sobre a minuta de instrução normativa (IN) que dispõe sobre a identificação das contas financeiras em conformidade com o Padrão de Declaração Comum (Common Reporting Standard, ou CRS na sigla em inglês). O CRS define as informações a serem intercambiadas entre países e está alinhado com a busca por mecanismos de transparência fiscal.

O objetivo do padrão de trocas é coibir práticas de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Pelo mecanismo, ficarão disponíveis informações sobre ativos financeiros de cidadãos das jurisdições participantes da Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária (Convenção Multilateral, ou CML) e de acordos similares.

Para atender ao CML, o Brasil assinou em 21 de outubro deste ano o Acordo Multilateral de Autoridades Competentes (CAA), que define os critérios para que as jurisdições adotem o intercâmbio de informações no contexto do CRS.

O Brasil fará o primeiro intercâmbio do CRS em 2018, com dados relativos ao ano-calendário de 2017. Assim, a minuta da IN apresenta as orientações para que as pessoas jurídicas obrigadas à apresentação da e-Financeira, instituída pela IN RFB nº 1.571 de 2015, efetuem os procedimentos de diligências necessários para identificação das contas financeiras em conformidade com o Padrão de Declaração Comum.

O CRS define as informações a serem intercambiadas e estabelece procedimentos de diligência a serem seguidos pelas instituições financeiras declarantes para a coleta e a classificação adequada das informações. Define também termos que delimitarão o escopo das entidades e contas passíveis de serem reportadas, assim como o padrão de transmissão dos dados.

As sugestões para a IN poderão ser encaminhadas até o dia 16 de dezembro por meio do site da Receita: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/consultas-publicas-e-editoriais>

## Parte do Copom já viu espaço para corte maior da Selic, diz presidente do BC

08/12/2016 – Tribuna PR

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, ressaltou nesta quarta-feira, 7, que parte do Comitê de Política Monetária (Copom) já viu espaço para corte mais forte do juro na reunião do colegiado realizada na semana passada. Apesar dessa margem para acelerar a redução da taxa Selic, o presidente do BC notou que houve consenso “de aguardar para fazer a intensificação da (flexibilização) política monetária na próxima reunião”.

“Tivemos debate que levou em consideração a inflação caindo, o cenário externo e a atividade mais fraca. E também a resistência de alguns preços dos núcleos, a questão dos ajustes e as reformas que a gente diz que passos têm sido positivos. Entramos nesse debate e a conclusão é de que havia espaço para continuar flexibilização da política monetária”, disse Ilan, em café da manhã com jornalistas, ao repetir o tom da ata divulgada na terça-feira. “Houve discussão para já intensificar o ritmo na própria reunião de novembro”, completou.

O presidente do BC notou, porém, que o grupo entendeu ser mais cauteloso aguardar antes de intensificar o processo de corte de juro. O grupo majoritário do Copom, explicou, entendeu que “talvez fosse melhor esperar um pouco mais”. “Já que nós estamos achando que (a inflação) pode ceder, vamos ver nos próximos (números)”, explicou. “No fim, houve consenso de aguardar para fazer a intensificação da política monetária na próxima reunião.”

### Possibilidades

Além de ressaltar que houve discussão sobre eventual intensificação do processo de corte de juros na reunião do Copom da semana passada, Ilan Goldfajn notou que, se o cenário previsto pela casa para o curto prazo for confirmado, provavelmente o corte mais forte do juro pode ser “o primeiro passo no ano que vem”.

“Se o cenário do Copom estiver certo, provavelmente teríamos a intensificação da flexibilização para ser o primeiro passo no ano que vem”, disse. Entre os argumentos pró-corte do juro citados no discurso do presidente do BC, está a inflação em queda, a atividade mais fraca que o esperado, menor resistência de alguns preços – inclusive nos núcleos – e o avanço dos ajustes e das reformas estruturais.

Além do cenário indicar quadro positivo para a inflação, Ilan notou que há ancoragem das expectativas de inflação para 2018 e 2019. “E para 2017 as expectativas estão caindo para valores mais próximos à meta. Essa ancoragem é fundamental para ter esse espaço que temos hoje”, disse.

## **Credibilidade**

Em meio às críticas de aliados políticos do governo Michel Temer de que o Copom está demorando para acelerar a queda dos juros, o presidente do Banco Central avaliou que a instituição tem hoje bastante credibilidade e pode flexibilizar a política monetária. "E estamos fazendo o que temos que fazer".

Ele fez questão de destacar que o BC na condução da política monetária é sensível à atividade econômica. "Tanto que a ata já identificou uma possibilidade de intensificação do ritmo (da queda)", disse.

Em resposta aos críticos, Ilan disse que o BC é parte da solução da crise e não o problema. Segundo ele, o BC está ajudando da retomada do crescimento ao garantir queda sustentável da inflação. "Queda sustentável da inflação leva a uma queda sustentável dos juros, o que tem efeito no crescimento", ponderou.

Ele acrescentou ainda que o BC trabalhando com estabilidade monetária e financeira gera menos incerteza, o que acaba proporcionando uma via de propulsão para a volta do crescimento.

"Para nós desenvolvimento econômico, pleno emprego e justiça social depende de o BC assegurar o poder de compra da moeda e a estabilidade macroeconômica", argumentou.

## **Inflação**

O presidente do Banco Central reforçou a avaliação de que a inflação tem "surpreendido favoravelmente". A trajetória de desinflação, explicou em discurso durante o café da manhã com jornalistas, foi vista inicialmente nos alimentos, mas o processo tem se disseminado. Além disso, notou que as resistências existentes nos índices de preço têm mostrado força cada vez menos intensa.

"A inflação tem surpreendido favoravelmente. Primeiro, foi nos alimentos. Depois, foi mais disseminado", disse. "Ainda vemos a pausa de desinflação de alguns componentes do IPCA mais sensíveis ao ciclo econômico. Está caindo, mas na margem tem alguma resistência", disse o presidente do BC.

Para Ilan, "pode ser que a resistência de alguns componentes do IPCA comece a diminuir porque a atividade está mais fraca que a gente imaginava". "É possível que esse cenário de resistência possa começar a ceder nos próximos meses".

O presidente do BC reconheceu ainda que a inflação pode ter impacto adicional dos preços administrados – cuja estimativa subiu na ata divulgada na terça. Ilan notou que esses preços afetam a dinâmica da inflação. "Não necessariamente com um impacto inicial", disse, ao comentar que pode haver "impacto de segunda ordem". Mesmo com esse impacto secundário, Ilan notou que a política monetária consegue ancorar as expectativas.

## **Compulsório**

Ilan Goldfajn descartou a possibilidade de a instituição liberar os depósitos compulsórios para estimular a economia. Ele classificou essa possibilidade de "rumores" que não se colocam.

Ele aproveitou para dar um recado indireto aos que pressionam por essa medida. Temos sempre que pensar se essas as medidas vão ter utilidade", sugeriu e acrescentou, em seguida, que o sistema financeiro nacional é bem líquido e capaz de suprir qualquer necessidade de recursos para a retomada.

E foi além: "Eu acho que podemos nos concentrar no que a gente está discutindo aqui, a inflação, a queda da inflação, a intensificação da política monetária, da queda dos

juros, que nós sinalizamos”, disse. Na avaliação do BC, são nessas questões que é preciso se concentrar.

Ele negou a possibilidade de o BC alterar o cronograma do Copom para tomar uma decisão mais rápida. “Não, aqui tem que ter serenidade, tomando decisão de forma adequada. Não tem que ter nenhuma precipitação”, avaliou. Ele ressaltou que o BC está caminhando bem do ponto de vista de política monetária.

## **Captações líquidas dos fundos somam R\$ 89,7 bi até novembro, revela Anbima**

08/12/2016 – Tribuna PR

Os fundos registraram captações líquidas de R\$ 89,7 bilhões no acumulado do ano até novembro, de acordo com informações da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Em igual período de 2015, os fundos captaram R\$ 7 bilhões. O diretor da associação, Carlos Ambrósio, destacou que as categorias renda fixa e fundos multimercado tiveram importante virada em relação ao ano passado, registrando captações líquidas positivas, enquanto as captações dos fundos de previdência foram recorde.

Ambrósio acredita que a tendência das captações em 2017 é repetir o movimento visto este ano. “A direção das reformas está correta e, à medida que o processo de reformas for se desdobrando positivamente e a taxa de juro for caindo, ainda que a questão política tenha características imponderáveis, os investidores devem tomar mais risco”, afirmou.

De acordo com comentários feitos em entrevista para jornalistas, as captações líquidas em renda fixa ficaram próximas de R\$ 40 bilhões até novembro, em R\$ 39,2 bilhões, em contrapartida a resgates de R\$ 5,2 bilhões no ano de 2015.

Na categoria multimercado, as captações somaram R\$ 11,4 bilhões até novembro, revertendo os números do ano passado, quando foram registrados resgates de R\$ 28,8 bilhões.

Os fundos de previdência tiveram captação líquida recorde de R\$ 38 bilhões até novembro, superando as captações de R\$ 32,3 bilhões de 2015. Segundo Ambrósio, o movimento se deve ao entendimento de um número maior de pessoas sobre a necessidade da previdência.

As captações líquidas na categoria ações ficaram negativas em R\$ 4,4 bilhões, reduzindo os resgates do ano passado, que atingiram R\$ 16,4 bilhões. Ambrósio ressaltou que a queda nos resgates este ano é positiva, mostrando tendência de recuperação.

## **Artigo: Fomento a inovação**

08/12/2016 – GS Notícias

Investir em parcerias para o desenvolvimento de ações que estimulem o ambiente de ciência, tecnologia e inovação é algo muito lógico para o fortalecimento econômico e estrutural dos municípios, mas infelizmente o Brasil ainda desperdiça esse grande potencial que traria inúmeros benefícios para a população.

De acordo com o ranking global de inovação elaborado pela A.T. Kearney e divulgado em agosto deste ano, o Brasil se encontra na 69ª posição entre 128 países pesquisados, com uma nota de 33,2 em uma escala que vai de 0 a 100. No ranking

dos países mais inovadores da Bloomberg, divulgado em janeiro, o Brasil sequer entrou na lista dos 50 primeiros colocados.

Vivemos um período de recessão econômica, com perda de competitividade internacional e risco de desindustrialização, coroados por um evidente desperdício de investimentos públicos. A mudança desse cenário, obviamente, acontece em diferentes frentes, mas é inegável, por exemplo, que a competitividade industrial cresce no instante em que ampliamos nossa capacidade de inovação.

Atualmente o Brasil investe apenas 1,19% do Produto Interno Bruto (PIB) em inovações tecnológicas. Para potencializar esse valor (que está longe de ser o ideal) e transformá-lo em ações e projetos benéficos para a sociedade, é necessário ampliar a integração e o diálogo entre governo, setor produtivo e universidades por meio de parcerias e concessões.

Um exemplo disso aconteceu nesta terça-feira (6), quando o prefeito eleito de Curitiba, Rafael Greca, participou de uma reunião no Sebrae/PR com representantes de universidades e instituições do sistema empresarial para conversar sobre propostas de articulação que visam à melhoria do ambiente de ciência, tecnologia e inovação.

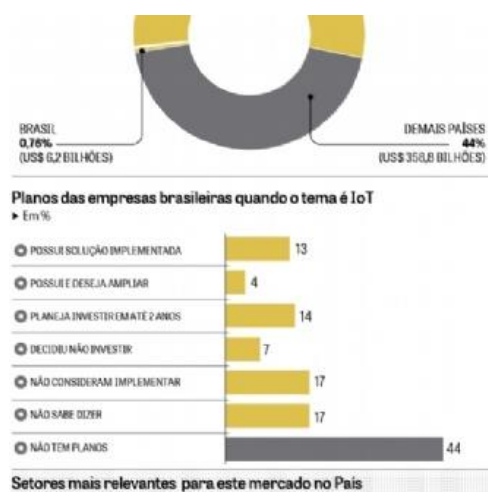
Foram debatidos projetos para pesquisa em novos negócios e de mercado, estímulo à inovação nas empresas, criação de Conselho Municipal de Inovação e desenvolvimento de pesquisas em universidades que atendam necessidades estruturais do município.

O fomento a inovação tecnológica fortalece nossa competitividade, estimula o empreendedorismo e amplia as atividades do setor produtivo. Somado a isso, pesquisas realizadas por universidades, com foco nas demandas apresentadas pelos municípios, permitem mais objetividade nas ações promovidas pelo poder público e apresentam opções diferenciadas para problemas estruturais antigos, beneficiando as comunidades e criando novos nichos de investimentos ao setor produtivo. Sem dúvidas é uma opção que precisa ser mais explorada para dar maior eficácia ao poder público e fortalecer nossa economia e competitividade.

**Marcello Richa**- Bacharel em Direito, atua desde 2002 na militância do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

## Internet das Coisas está fora do radar de mais da metade do empresariado

08/12/2016 – GS Notícias



Apesar de ser considerada motor da "próxima revolução industrial", a internet das coisas (IoT) ainda é um conceito distante para boa parte do mercado brasileiro. Segundo estudo da IDC/Qualcomm, 44% das empresas não possuem sequer planos que envolvam a adoção de sensores nas operações.

Estima-se que, até 2020, cerca de 30 bilhões de "coisas" estejam conectadas à internet. O movimento já impacta todos os segmentos da economia, uma vez que a sensorialização de ambientes e equipamentos gerará maior eficiência e permitirá novos ganhos a partir do big data - tecnologia que vasculha grandes volume de dados em busca de oportunidades de negócio. Apesar das vantagens aparentes, somente 17% das empresas brasileiras já possuem um plano de IoT em andamento.

"Se tomássemos apenas as grandes empresas o nível de implementação seria maior, mas o Brasil não é formado somente por elas", explica o analista da IDC Brasil, Reinaldo Sakis. "É falta de planejamento ou de conhecimento, porque [as soluções de IoT disponíveis] não são caríssimas. Enquanto isso, as primeiras que estão adotando estão tirando benefícios".

Segundo a IDC, três verticais têm alcançado níveis mais destacados de absorção da tecnologia. O movimento mais relevante é das empresas de logística e monitoramento de frota: elas devem fechar 2016 com US\$ 875 milhões investidos em IoT. O desejo por edifícios inteligentes põe o setor imobiliário na segunda colocação (US\$ 425 milhões), seguido pela indústria manufatureira (US\$ 411 milhões).

Mesmo com tais cifras, a participação brasileira nos investimentos globais em Internet das Coisas segue praticamente irrisória, representando apenas 0,76% (ou US\$ 6,2 bilhões) do montante injetado em todo o planeta, de acordo com dados compilados pelo IDC.

Segundo a consultoria, é possível atingir níveis bem melhores: no mercado de hardware corporativo, por exemplo, a parcela correspondente às compras de brasileiras é de 1,43% (ou cerca de US\$ 3,2 bilhões).

Até mesmo as soluções em IoT voltadas para o consumidor final ainda não decolaram de maneira definitiva: 42% dos brasileiros não tem uma ideia clara do que seja um carro inteligente, enquanto 52,7% afirmam que gostariam de possuir um, mas consideram o produto caro.

As casas conectadas enfrentam problema semelhante: mesmo que a pesquisa tenha ouvido um público das classes A e B, apenas 1,5% dos ouvidos aderiram à inovação, enquanto 66,5% consideram a tecnologia pouco acessível.

#### Melhora lenta

As conclusões da IDC sobre a adoção da IoT em solo brasileiro são fruto de um panorama sobre o ambiente para inovação em diversos países encomendado pela fornecedora de tecnologia para telecomunicações Qualcomm.

De acordo com a metodologia utilizada pela consultoria houve leve melhora no cenário de inovação brasileiro, que atingiu 15,67 pontos em 2016, frente 14,77 no ano passado; o índice considera fatores como ambiente regulatório e comportamento de stakeholders como governo, consumidor e companhias. A "nota" do Brasil é menor que a obtida por vizinhos latino-americanos como a Argentina (17,23), México (16,51) e Colômbia (15,05) e bem aquém das líderes Singapura (34,72), Suíça (28,21) e EUA (27,71).

De acordo com o presidente da Qualcomm na América Latina, Rafael Steinhauser, uma série de fatores pressiona a nota brasileira, como a falta de mão-de-obra qualificada (apenas 0,1% dos profissionais possuem doutorado) e a dificuldades com a propriedade intelectual.

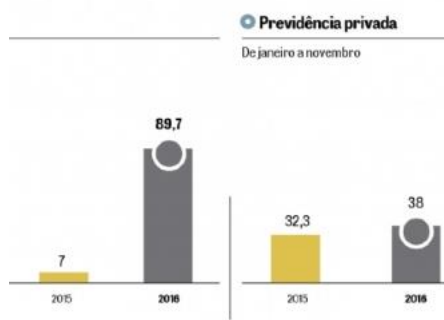
"O Brasil tem grande dificuldade para registrar as patentes. Nós somos o segundo maior patenteador do País, com mais de 5 mil patentes desde os 90, mas aprovadas foram 150; a última foi em 2003".

Outro ponto de inflexão destacado por Steinhauser é a parcela ainda grande da população que não aderiu ao smartphone. "Seis milhões de celulares de segunda geração foram vendidos em 2016", pontuou o executivo.

"Em 2017 devem ser vendidos mais três milhões. Eles estão se excluindo". Vale lembrar que, segundo a IDC, o tempo médio para troca de celulares entre os brasileiros - que já foi de 18 meses - é de 24 meses.

## Empresas aportam R\$ 50 bilhões em fundos de renda fixa de curto prazo

08/12/2016 – GS Notícias



Enquanto as empresas aportam R\$ 50,64 bilhões em fundos de renda fixa de curto prazo neste ano, as pessoas físicas se preocupam com o futuro e renovaram o recorde de captação líquida em previdência privada para mais de R\$ 38 bilhões, antes de dezembro.

"Houve um crescimento do corporate, com as empresas privilegiando liquidez e fortalecendo o caixa. A captação líquida [diferença entre aportes e resgates] desse segmento alcançou R\$ 42,8 bilhões até outubro", informou ontem, o vice-presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), Carlos Ambrósio.

Em igual período do ano passado, as empresas mostravam aportes líquidos de apenas R\$ 4,1 bilhões em fundos de investimentos, o que comparativamente mostra um 2016 com desempenho 10 vezes maior.

Em outras palavras, neste momento de recessão na economia brasileira, as empresas estão poupando seus recursos em fundos conservadores com rentabilidade próxima da taxa de depósito interfinanceiro (DI), atualmente em 13,63% ao ano.

Ambrósio também destacou que a captação líquida total dos fundos - próxima de R\$ 90 bilhões no acumulado até novembro - ainda deve avançar neste último mês de 2016, especialmente pelos aportes adicionais na previdência. "Independente do impacto da reforma no sistema público [social] cresce a consciência das pessoas de fazer uma poupança cada vez maior para o futuro", afirma.

A expectativa é que os fundos de previdência alcancem novo recorde anual até o fechamento de dezembro. O montante de R\$ 38 bilhões até novembro supera em 17,6% os R\$ 32,3 bilhões obtidos no mesmo período de 2015. No ano passado, a captação havia encerrado em R\$ 39 bilhões, sendo R\$ 6,1 bilhão de entrada no último mês do exercício.

## Prev Primeiros Passos

Nessa onda positiva de captação em previdência privada de final de ano, o Santander lançou ontem a estratégia "Mensagem Para" de seu plano Prev Primeiros Passos, nas versões Vida Gerador de Benefícios Livre (VGBL) e Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL).

"A proposta é capturar a emoção dos pais e dos avós no momento de contratação do plano para filhos e netos. É como uma cápsula do tempo. Grava-se um vídeo mensagem que só será divulgado ao beneficiário no resgate, quando ele tiver 18 anos ou 21 anos", contou Gilberto Abreu, diretor executivo de Negócios Imobiliários e Investimentos do Banco Santander Brasil.

Abreu explicou que o produto possui aplicação mínima inicial de R\$ 40 por mês, mas que a taxa de administração oscila entre 1,8% ao ano, 2% ao ano e 2,5% ao ano, de acordo com o tamanho do aporte. "Após o quinto ano de permanência, a taxa de saída é zerada", respondeu o diretor sobre as tarifas cobradas.

Quanto a composição do produto, Abreu detalhou que o Prev Primeiros Passos possui planos dos mais conservadores (renda fixa) até aqueles com até 49% dos ativos em ações. "É um investimento de longo prazo", concluiu o diretor.

## Cenário para 2017

Ao passo que o setor de fundos de investimentos se fortalece neste final de 2016, o diretor da Anbima, José Eduardo Laloni, aponta que o cenário macroeconômico para o mercado de capitais será mais positivo no segundo semestre de 2017.

"Estamos na direção certa. O teto dos gastos e as reformas, bem ou mal, estão passando no Congresso. Pode levar um tempo maior para a taxa de juros [Selic] cair, mas o mercado de capitais deve retomar seu caminho no segundo semestre do próximo ano", argumenta.

Entre as iniciativas que a Anbima está trabalhando, Laloni citou o desenvolvimento - junto aos reguladores - de fundos de infraestrutura com papéis incentivados. A proposta, se atendida, pode gerar espaço para a diversificação do risco em carteiras com títulos privados isentos de imposto de renda, como debêntures de infraestrutura, certificados de recebíveis (CRIs e CRAs) e letras de crédito (LCIs e LCAs).

Em números, o mercado de capitais captou R\$ 147,9 bilhões no ano até novembro, acima dos R\$ 139,7 bilhões registrados em 2015. O resultado foi impulsionado pela emissão de US\$ 20,3 bilhões (ou R\$ 69,1 bilhões) em bônus no exterior.

## **BNDES prepara apoio às pequenas empresas**

08/12/2016 - GS Notícias

Micro, pequenas e médias empresas devem entrar 2017 com um pouco mais de esperança em relação a este ano, com medidas de simplificação do acesso ao crédito prometidas para a próxima semana, pela presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Maria Silvia Bastos Marques.

Em meio à nova crise política - problema que se julgava eliminado com o afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) - e à dificuldade de tirar a economia da recessão, o governo anunciará mudanças para tentar induzir a atividade das empresas para a frente. Uma das novidades será a ênfase no microcrédito.

## **Menos juros, mais investimentos**

Caso o Banco Central confirme a expectativa de queda da Selic já a partir de janeiro próximo, o juro nominal então vai recuar e a expectativa da inflação ficará estável, levando o juro real dos atuais 7,1% para algo como 5,4% no fim de 2017, prevê a GO



Associados. "Tal queda vai estimular o investimento na economia no próximo ano e em menor grau o consumo das famílias, via consumo de bens duráveis. O investimento deverá crescer cerca de 4% ano que vem e trazer consigo um modesto avanço de 0,8% no Produto Interno Bruto", prevê o economista Luiz Castelli.

### **O segundo pior**

Com a queda de 0,8% do PIB brasileiro no terceiro trimestre deste ano ante o trimestre anterior, o Brasil apresentou o segundo pior resultado nessa comparação entre as 25 maiores economias do mundo, constata a Análise Econômica Consultoria.

"O Brasil ficou na frente só da Argentina, com recuo de 2,1% do PIB na comparação com o trimestre anterior, o pior resultado entre os países. A Nigéria, com avanço de 9,0%, lidera a lista. Depois vêm EUA e Indonésia, ambos com aumento de 3,2%", diz o economista-chefe da Análise Econômica Consultoria, André Galhardo Fernandes.

### **Fusões e aquisições**

A Kroton Educacional, maior empresa privada brasileira no ramo da educação, venceu ontem o prêmio "Golden Tombstone" do Ibef-SP na modalidade de operação de fusões e aquisições. A empresa foi reconhecida pela compra da Estácio.

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (Ibef) recebeu 48 inscrições nas categorias emissões de renda fixa, fusões e aquisições e operações com ações em reais e moeda estrangeira. A Suzano concorreu na modalidade de renda fixa (dívida) pela emissão de green bonds no mercado internacional e a CVC na categoria ações (equity).

### **Mobilidade para moradores**

Especialistas em mobilidade da Ford dividirão amanhã (9) o palco com representantes de aceleradoras, investidores e startups em evento que apresentará oportunidades de empreender na área, com foco em melhorar a vida das pessoas nas cidades brasileiras.

Entre os palestrantes, Ciro Biderman, coordenador do Mobilab; Elisa Carlos, gerente de Inovação da ABDI e Silvia Valadares, empreendedora e investidora anjo. O encontro, na capital paulista, contará, ainda, com a apresentação de cases de startups nessa área, como Wiimove, Let's Park, Woole e Vela Bikes.

### **Aposta no exterior**

Com o aumento de 14% das companhias brasileiras com franquias no exterior, nos últimos anos, empresas e profissionais passaram a migrar negócios ou carreiras para o exterior. A Hayman-Woodward, consultoria empresarial especializada na imigração e emigração de empresas e pessoas, também constatou esse crescimento.

Segundo Leonardo Freitas, sócio fundador da Hayman-Woodward, houve acréscimo de 50% no volume de clientes abrindo empresas nos EUA nos últimos 12 meses. No entanto, ele alerta: para o negócio ter sucesso é preciso estar atendo a alguns cuidados, como o planejamento tributário, o domínio do inglês e o preparo psicológico para viver longe da terra natal.

### **Do online para o offline**

A Gocase - líder em produção de *cases* para *smartphones* - dá continuidade ao processo de expansão de lojas *offline* no Estado de São Paulo. A marca, que já possui dois quiosques próprios na capital, abre agora mais dois pontos de venda na grande São Paulo.

A empresa, que nasceu no *e-commerce* investe na expansão em pontos de venda físicos como forma de proporcionar aos seus clientes um contato direto com seus produtos. A meta é abrir 20 novos pontos de venda pelo Brasil no próximo ano para vender capas exclusivas assinadas por ilustradores e artistas, entre outros produtos.

## Canal vermelho preocupa empresas

08/12/2016 – GS Notícias



Os auditores fiscais da Receita Federal estão em operação padrão desde julho para exigir que o governo Michel Temer cumpra um acordo firmado em março, no governo Dilma, sobre reajuste e bônus. Eles ameaçam parametrizar boa parte das cargas para o canal vermelho, mais burocrático.

Englobam o acordo o reajuste, que seria de 21,3% dividido em quatro anos, além de um bônus de R\$ 3 mil. Sem isso, 99% das cargas importadas que chegam aos portos e aeroportos brasileiros poderão ser direcionadas ao chamado canal vermelho.

Dentro da Receita Federal, há diversos canais de parametrização. Cada um deles determina uma forma de análise mediante o despacho aduaneiro.

No caso de seleção para o canal vermelho, há, além da conferência documental, a conferência física da mercadoria, na qual a liberação da carga importada pode levar até 30 dias.

O diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) regional Campinas, José Nunes Filho, disse que a medida pode levar ao caos.

"Na verdade o que o sindicato dos Auditores Fiscais está propondo é parametrizar 99% das cargas para o canal vermelho. Um canal vermelho hoje demora em torno de um mês para ser liberado. Nós teríamos um verdadeiro caos na cidade com as empresas desabastecidas, o capital de giro sumindo, pois fica parado no aeroporto com a carga retida, além disso esse armazenamento no aeroporto é pago, então é um prejuízo imenso", diz.

Nunes Filho disse ainda que 90% da indústria regional depende de importação de componentes eletrônicos, mecânicos e de matérias-primas farmacêuticas. "São produtos produzidos em outros países e nós dependemos disso para tocar a nossa empresa, ao mesmo tempo que vamos atrasar as nossas exportações também porque não vamos ter matéria-prima para produzir", comenta.

O aeroporto de Viracopos chegou a ser um dos mais afetados, com demora na liberação de cargas e até perda de competitividade durante as operações padrão. O Ciesp Campinas conseguiu uma liminar para amenizar os problemas, mas ainda não há uma definição com relação ao canal vermelho, se essa ordem liminar judicial será válida.

### Variação

A balança comercial das empresas associadas ao Ciesp Campinas acumulou, de janeiro a outubro, US\$ 2,48 bilhões em exportações e US\$ 6,87 bilhões em importações, o que representa uma queda de 2,8% nas exportações e de 17,9% nas importações em comparação com igual período de 2015. O saldo comercial apresentou uma redução do déficit em 24,5%.

Na pauta exportadora do Ciesp Campinas, a categoria de Máquinas, aparelhos mecânicos e suas partes desponta como a mais representativa no acumulado de 2016.

Com US\$ 394,6 milhões exportados, houve uma retração de 11,6% em relação ao mesmo período de 2015 quando chegou a US\$ 446,3 milhões. A categoria Produtos farmacêuticos exportou US\$ 195,6 milhões em 2016, um aumento de 10,3%.

## **Hyundai Elantra testa o mercado com cara nova**

08/12/2016 – Automotive Business



A nova geração do sedã médio Hyundai Elantra, que no mês passado começou a ser importado da Coreia pelo Grupo Caa, chega para testar o mercado com cara nova e preços mais altos, em três versões: Base (R\$ 84.990), Special Edition (R\$ 103.990) e Top (R\$ 114.990).

Sem grandes vantagens de preços, catapultados pela desvalorização cambial do real, o modelo coreano disputa um lugar ao Sol em segmento amplamente dominado por Toyota Corolla e os recém-renovados Honda Civic e Chevrolet Cruze.

Em fase de renovação, o Elantra deve ficar abaixo das 900 unidades emplacadas este ano, mas o carro vem perdendo muito espaço nos últimos anos, caindo de 3,5 mil emplacamentos em 2014 para 2,7 mil em 2015.

Para tentar mudar essa trajetória negativa, o novo Elantra preserva todas as boas qualidades da geração passada do modelo, continua bonito, bastante confortável e agradável de dirigir, mas não oferece muito mais do que seus consagrados concorrentes. Tudo vai depender, portanto, da escolha do consumidor de optar por carros parecidos de uma ou outra marca. A Caa não revela qual a expectativa de vendas do modelo.

Por fora, o novo Elantra ganhou desenho mais em linha com a identidade visual da Hyundai, com a já conhecida grade frontal em formato hexagonal, novos faróis e lanternas traseiras LED, além de vincos marcantes nas laterais, compondo o conjunto da marca conhecido como "escultura fluída".

O comprimento da nova geração cresceu 4 centímetros, para 4,57 metros. A largura de 1,8 m e entre-eixos de 2,7 m garantem confortável espaço interno. No porta malas cabem 407 litros de bagagens.

É agradável dirigir o Elantra, com posição confortável. O motor flex 2.0 desenvolvido para o mercado brasileiro, com duplo comando variável de válvulas, desenvolve suficientes 167 cavalos com etanol ou 157 com gasolina.

Todas as versões são equipadas com nova geração da transmissão automática de seis velocidades. Segundo a engenharia da Caa, o novo powertrain é até 5,9% mais eficiente que o anterior.

Assim como já acontece em outros modelos renovados da Hyundai, a carroceria do novo Elantra é construída com 53% de aços de alta resistência (contra 21% na versão anterior), o que confere rigidez torcional 29,5% maior e 25,3% mais força de flexão, segundo a fabricante.

## VERSÕES

A versão Base do novo Elantra não incorpora nada além do que seria básico para este nível de carro: direção elétrica, comandos de áudio no volante, acionamento elétrico de retrovisores, travas e vidros, ar-condicionado manual, vidros e travas elétricas, piloto automático e sistema de som básico. O pacote de segurança ativa também é básico, com os obrigatórios dois airbags frontais e freios com antitravamento (ABS) e distribuição eletrônica de frenagem (EBD).

Também tem dispositivo de fixação de cadeirinhas infantis Isofix. A partir da versão intermediária Special Edition é incorporada a central multimídia e navegador GPS com tela tátil de 7 polegadas no painel, além de airbags laterais e cortina, ar-condicionado com dupla zona de temperatura, botão de partida sem chave e destravamento de portas por aproximação, câmera de ré, sensores de estacionamento dianteiros e traseiros, banco do motorista com ajuste elétrico, bancos, manopla de câmbio e volante revestidos em couro e faróis com fita de luz diurna LED.

Só a versão Top tem os sistemas de segurança ativa mais sofisticados, como controle eletrônico de estabilidade (ESP) e tração (TCS), airbag para o joelho do motorista (além dos outros seis), retrovisores com detector de ponto cego e faróis com lâmpadas de xenônio e assistência inteligente de farol alto (que baixa a intensidade do feixe de luz quando detecta outro carro vindo em direção oposta).

O painel de instrumentos tem tela colorida LED de 4,2 polegadas. O Elantra Top também tem seletor com três modos de condução (Smart, Eco e Sport), que ajusta a rigidez do volante e as trocas de marcha de acordo com a preferência do motorista por mais esportividade ou economia.

## Gates prevê novo crescimento em 2017 impulsionada pela reposição

08/12/2016 – Automotive Business

Este ano não será totalmente um desastre no que diz respeito a desempenho, pelo menos para a Gates, que atua no Brasil há quase 50 anos com o fornecimento de correias, tensionadores e mangueiras para diferentes setores, incluindo o automotivo, máquinas agrícolas, de construção e o segmento industrial.

A empresa deverá encerrar 2016 com crescimento de 18% no faturamento, embora o índice seja menor do que o projetado no início deste ano, quando esperava crescer até 25%. O bom resultado é graças ao bom momento do mercado de reposição, que responde por 70% dos negócios da companhia, incluindo as exportações.

Para o diretor de vendas e marketing, Sidney Aguilar, o momento em que o mercado de reposição está deve perdurar em 2017, isso sustenta a expectativa da fabricante em revelar mais um resultado positivo para o novo ciclo que se aproxima.

A empresa, que no início deste ano, passou por uma reestruturação e com ela, a reorganização das gerências por unidade de negócios, viu nessa empreitada a chave que garantiu maior assertividade no aftermarket, ampliando presença nos pontos de vendas, a partir do trabalho das equipes regionais distribuídas em todo o País.

“Estendemos essas mudanças internas para nossa equipe externa, melhorando nossos serviços, o que conferiu maior confiança em nossa marca”, afirma.

Com relação a fornecimentos para montadoras (OEM), a Gates também comemora: além de começar a fornecer os tensionadores para a picape Chevrolet S10, não só no Brasil, mas também para o mesmo veículo produzido pela GM nos Estados Unidos e Tailândia, o setor agrícola deu novo fôlego: “Este ano, embora tenha diminuído os volumes para o segmento de automóveis, por outro lado, aumentaram os negócios para montadoras de equipamentos agrícolas e de construção, o que para nós foi

também uma surpresa, muito impulsionadas pelo aquecimento da agricultura”, conta Aguilar. Ele cita que o segmento já demanda entregas previstas para o primeiro trimestre.

Também para o primeiro trimestre de 2017 está previsto o lançamento de produtos tanto para a linha agrícola quanto industrial. A companhia, que mantém duas fábricas em Jacareí, no interior paulista, mantém ainda no radar a expectativa de participação em novos projetos globais de montadoras.

Com tudo isto, suas projeções internas para 2017 não devem depender tanto de fatores econômicos externos, embora indique um ano ainda difícil e de incertezas.

“Nosso planejamento está pronto e ele praticamente é balizado sobre as expectativas de negócios em cada uma das áreas que atuamos, seja automotiva, industrial e agrícola, incluindo o mercado de reposição para cada uma delas. Também contamos com as exportações, que neste ano aumentaram principalmente na América do Sul.”

### **Scania lança biarticulado movido a GNV**

08/12/2016 – Automotive Business



A Scania lançou o primeiro ônibus urbano biarticulado com motor Euro 6 a gás natural veicular (GNV). A apresentação foi feita durante a Busworld, em Medellín, na Colômbia.

Segundo a Scania, o novo biarticulado conta com motor dedicado para gás natural e/ou biogás. O coletivo foi submetido a testes em Bogotá acompanhados por técnicos da Universidade Nacional da Colômbia, que constataram o baixo nível de emissão de poluentes.

Além de cumprir a norma Euro 6, ele emite 70% menos contaminantes que um veículo Euro 6 a diesel. A Scania recorda que os intervalos de manutenção dos veículos são maiores com o uso de GNV do que com diesel. Ainda de acordo com a fabricante, as emissões sonoras são dez vezes inferiores às dos movidos a diesel.

“A nova linha de motores a gás Scania traz duas vantagens técnicas importantes. Ela está preparada para trabalhar em altitude sem perder torque ou potência e tem alta tolerância a variações na especificação do combustível, por isso pode trabalhar com diferentes qualidades de GNV sem ajustes no motor”, explica o diretor-geral da Scania na Colômbia, Benoit Tanguy.

Os novos biarticulados têm 27 metros, capacidade para 250 pessoas e já estão circulando em Bogotá, Medellín e Cartagena.

### **Volkswagen inicia vendas de versões Track de Gol e Up!**

08/12/2016 – Automotive Business

A Volkswagen inicia as vendas das versões Track de Gol e Up!, que foram apresentadas durante o Salão do Automóvel. Os modelos com apelo aventureiro chegam às concessionárias com preços sugeridos de R\$ 45.440 e R\$ 46.440, respectivamente.

Também chega às revendas a versão CrossFox Urban White, pacote de acabamento que impõe preço sugerido ao compacto de R\$ 70.830.

As três novidades tiveram uma apresentação prévia feita pela empresa antes mesmo do salão, em outubro, para antecipar suas atrações no evento.

Tanto Gol quanto Up! são equipados com motor 1.0 de três cilindros, que entrega até 82 cv de potência. O primeiro recebeu faróis maiores, capô, grade e para-choque diferentes do restante da linha Gol, os mesmos itens da picape Saveiro. Entre os itens de série, estão ar-condicionado, direção hidráulica, vidros dianteiros elétricos e faróis de neblina.

O acabamento interno também tem detalhes próprios da versão. Já no Up! Track as mudanças são mais sutis, como apliques e detalhes nos para-choques, molduras sobre as caixas de rodas, maçanetas com acabamento preto fosco e faróis com máscara negra e como opcional, rodas de liga leve de 14 polegadas.

Por sua vez, o CrossFox com o pacote Urban White inclui acabamento preto brilhante no teto, suporte do estepe pintado da cor do carro e sistema de monitoramento da pressão dos pneus e a cor inédita para o modelo. Como opcional, há teto pintado de preto, versão que sai por R\$ 72.740.



## **Vendas de usados crescem 10% em novembro**

08/12/2016 – Automotive Business



As vendas de veículos usados cresceram 10,7% em novembro na comparação com outubro ao alcançar as 897,5 mil unidades, entre automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus, de acordo com dados da Fenabreve. Este volume de veículos que trocou de dono também foi 10,6% maior que o verificado em novembro de 2015,

quando as transferências somaram 811,2 mil unidades. Segundo o relatório da entidade, foram vendidos em média 5 veículos usados para cada novo emplacado no período.

“Assim como no mês anterior, este mercado vem mantendo uma correlação com o mercado de veículos novos, como pode ser visto no índice de proporcionalidade, que se manteve em 5 veículos usados negociados para cada novo emplacado. O destaque em novembro foi o resultado registrado nas vendas de veículos de até 3 anos, que registraram uma alta de 14,7% com relação ao mês de outubro”, analisou o presidente da entidade, Alarico Assumpção Júnior.

Todos os segmentos tiveram crescimento na passagem de outubro para novembro, com destaque para ônibus, cujo crescimento foi de 16,7%, para pouco mais de 3,3 mil unidades, enquanto caminhões elevaram suas trocas em 8,4%, para 28,5 mil. Juntos, os comerciais pesados encerram o mês com alta de 9,2%, para um total de 31,8 mil unidades.

Com 865,7 mil, a categoria leve anotou incremento de 10,7% das transferências em novembro sobre outubro, impulsionada pela alta de 10,8% dos automóveis, que fecharam o mês passado com um total de 749,6 mil, enquanto comerciais leves somaram 116 mil unidades, 10,3% a mais do que o volume feito no mês anterior.

Já no acumulado dos onze meses fechados do ano o setor de usados ainda observa variações negativas em algumas das categorias. Entre elas, a de automóveis, cujo volume de 7,73 milhões ficou 1% abaixo dos 7,82 milhões registrados em mesmo período do ano passado. Comerciais leves fecharam o período com leve alta de 0,5%, para 1,23 milhão. Com isto, o segmento leve registra baixa de 0,86%, para um total de 8,96 milhões.

Ônibus também tiveram baixa de 6,3% no comparativo anual, para pouco mais de 36,1 mil chassis. Somado com os caminhões, que assim como comerciais leves, também apresentou ligeira alta, mas de apenas 0,1%, para 301,7 mil unidades, o segmento de pesados encerra o acumulado com retração leve, de 0,6%, para um total de 337,9 mil veículos, entre caminhões e ônibus.

## Hyundai New Tucson chega cobrando alto

08/12/2016 – Automotive Business



A partir deste mês, com a chegada do New Tucson às concessionárias Caoa Hyundai, o Brasil será o único país do mundo onde são produzidas e vendidas três gerações diferentes do SUV.

O novo modelo é o quarto veículo montado pelo Grupo Caoa em Anápolis (GO), que iniciou suas operações em 2007 com o minicaminhão HR e o antigo Tucson, este lançado globalmente pela montadora coreana em 2004, que segue até hoje em produção na fábrica goiana.

Em 2009 ele foi renovado e lançado em alguns países como ix35, inclusive aqui em 2010, e a Caoa começou a montá-lo em 2013. Agora chegou a vez de um maior e mais moderno Tucson entrar na batalha do segmento de mercado que mais cresce no País.

Mas, como tem muitos antecessores disputando o mesmo espaço, o New Tucson vai ficar nos andares mais altos da pirâmide de consumo, cobrando alto.

Quinto SUV Hyundai a ser vendido no País, o New Tucson é o segundo mais caro – só perde para o Santa Fe. Em três versões, os preços começam em R\$ 138.900 (GL), vão a R\$ 147.900 (GLS) e chegam a estratosféricos R\$ 159.600 (Top), colocando o SUV em faixa de valores similares a de alguns rivais de marcas premium e porte menor, como Audi Q3, BMW X1 e Mercedes-Benz GLA.

A intenção parece ser deixar espaço aos outros três SUVs da marca que vêm atrás na tabela: em ordem decrescente, o ix35 (de R\$ 102 mil a R\$ 135 mil), o Creta – este fabricado pela Hyundai em Piracicaba que chega em janeiro ao mercado por R\$ 73 mil a R\$ 100,6 mil – e o velho Tucson (R\$ 68 mil a R\$ 74 mil), que na base do custo/benefício sobrevive como quinto SUV mais vendido do País, com 11 mil unidades emplacadas de janeiro a novembro.

“O Tucson (antigo) segue no mercado enquanto o consumidor quiser”, justifica Marcio Alfonso, diretor de engenharia do Grupo Caa.

O executivo avalia que os maiores atrativos do New Tucson em sua disputada faixa de mercado é o seu tamanho (um pouco maior do que as gerações anteriores), imponência visual de um SUV legítimo e modernidade tecnológica. Com 4,47 metros de comprimento, 1,85 m de largura, entre-eixos de 2,67 m e porta-malas de 513 litros, o novo Tucson é mesmo bastante espaçoso. “É grande sem ser exagerado”, resume Alfonso.

O design é mesmo bastante clássico de um SUV, transmite robustez, em quadro bem composto pelas rodas de liga leve de 18 polegadas. E não é só aparência: o New Tucson recebeu importantes reforços, é construído com partes estampadas a quente, uso de aço de alta resistência em 51% da carroceria e 102 metros de adesivos estruturais.

“Isso aumenta a qualidade e também o conforto a bordo, com redução de ruídos”, explica o diretor. Apesar do formato SUV, o New Tucson rompe bem a resistência do ar, com coeficiente de penetração aerodinâmica (Cx) de 0,33, índice melhorado por defletores instalados no assoalho, o que garante melhor desempenho e ajuda a baixar consumo.

O powertrain segue as mais modernas tendências globais – e por isso mesmo é todo importado da Coreia, sem opção flex, só gasolina. O New Tucson é equipado com motor 1.6 turbinado, com bloco e cabeçote de alumínio, duplo comando variável de válvulas e injeção direta de gasolina (GDI), que desenvolve 177 cavalos e 27 kgfm de torque entre 1.500 e 4.500 rpm.

A transmissão é automática de dupla embreagem e sete velocidades, que oferece trocas mais rápidas, fortes e esportivas de marchas do que nos câmbios automáticos convencionais.

O conjunto da obra é bastante adequado, deixa o New Tucson bastante ágil e eficiente em todas as condições de uso. O consumo informado é de 9,8 km/l na cidade e 11,9 km/l na estrada. “É um bom desempenho para um veículo desse porte”, destaca Alfonso.

## **VERSÕES**

Apesar da elástica medida de mais de R\$ 20 mil entre o New Tucson mais barato e o mais caro, não existem muitas diferenças entre as três versões. Desde a opção de entrada GL, o SUV é bem equipado com botão de partida e acesso ao veículo sem uso de chave (por aproximação), ajuste de altura e profundidade da coluna de direção, ar-condicionado de dupla zona de temperatura, central de infotretenimento com tela



tátil de 7 polegadas e conectividade para smartphones via Android Auto ou Apple Carplay, sensor crepuscular, retrovisores externos com desembaçador, piloto automático (cruise control), rack de teto, controle eletrônico de estabilidade (ESP) e tração, assistente de partida em rampa, dispositivo de fixação de cadeirinhas infantis (Isofix), seis airbags (frontais, laterais e de cortina) e bancos revestidos em couro com ajustes elétricos para motorista e passageiro.

As configurações GLS e Top têm também painel de instrumentos Supervision 4.2" TFT LCD, grade hexagonal dianteira cromada, faróis com projetor e fita em LED, lanterna traseira em LED, teto solar panorâmico, maçanetas cromadas e retrovisor externo com luz de cortesia (iluminação de poças).

O topo de linha (Top) tem ainda assistente de estacionamento, detector de ponto cego dos retrovisores, faróis LED com feixe de luz direcional nas curvas, abertura da tampa do porta malas por aproximação e bancos dianteiros com aquecimento e refrigeração. O cliente pode escolher entre três cores para o acabamento interno: preto, cinza ou bege.

### **IX35 E FÁBRICA TAMBÉM GANHAM MELHORIAS**

Para não deixar o ix35 defasado, Alfonso lembra que o modelo 2017 que chega às concessionárias este mês também recebeu melhorias, principalmente para reduzir o consumo, que segundo o diretor deixam o modelo até 13% mais eficiente comparado com a versão anterior.

Agora o SUV incorpora em todas as versões o sistema start-stop, que desliga o motor nas paradas do trânsito, pneus verdes com baixa resistência ao rolamento e novos alternador, motor de partida e bateria.

Desde 2013 o Grupo Caoa já produziu 80 mil ix35 em Anápolis (GO). A fábrica goiana de 170 mil metros quadrados de área construída e capacidade para montar 86 mil veículos/ano também vem passando por modernizações e ganhou novas áreas recentemente.

Foram investidos R\$ 120 milhões em um centro de pesquisa e desenvolvimento, equipado com laboratório de combustíveis e dinamômetros 4x2 e 4x4. "Já homologamos lá todos os novos veículos e fizemos parcerias para pesquisas com universidades locais", conta Alfonso.